

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo aos dispositivos legais, estatutários e à regulamentação do mercado de valores mobiliários, a General Shopping e Outlets do Brasil S.A. submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia apresenta o desempenho operacional e financeiro para o quarto trimestre de 2020 (4T20) e o ano de 2020, detalhado nos respectivos relatórios e demonstrações. Destacamos em primeiro lugar o acréscimo da ABL Própria (Área Bruta Locável) no 4T20 em comparação ao 4T19, em decorrência da inauguração do Outlet Premium Grande São Paulo em novembro de 2020. A Receita Bruta no 4T20 diminuiu 4,3% para R\$ 35,7 milhões, ponderada pelo acréscimo nas Receitas de Aluguel em 6,7% e na retração nas Receitas de Serviços em 9,8% quando comparados ao 4T19. No ano de 2020, a Receita Bruta atingiu R\$ 107,6 milhões, uma redução de 32,5% comparada ao ano de 2019. Considerando o desempenho em Mesmas Áreas, o Aluguel SAR (*Same Area Rentals*) apresentou diminuição de 4,0%, no 4T20 quando comparado com o mesmo período do ano anterior e diminuição de Vendas SAS (*Same Area Sales*) de 10,2% no mesmo período de comparação. A taxa de ocupação apresentou uma evolução inferior no trimestre, atingindo 94,1% no 4T20 contra 95,4% quando comparada com o 4T19. Observando os Custos dos Aluguéis e Serviços, estes diminuíram 4,7% em relação ao 4T19, atingindo R\$ 10,4 milhões, impactado pela diminuição dos custos de ocupação, depreciação e pessoal. No ano, eles tiveram uma redução em relação a 2019, alcançando R\$ 30,8 milhões, o que representou uma redução de 15,7% no ano. O NOI atingiu R\$ 62,2 milhões em 2020, redução de 40,3% em relação ao ano anterior, com margem de 67,7%. No 4T20, o NOI alcançou R\$ 20,1 milhões com margem NOI de 66,3%, diminuição de 6,7% em relação ao 4T19. Analisando as Despesas Gerais e Administrativas, elas apresentaram uma redução de 17,3% em 2020, comparando com o ano anterior, e uma redução de 26,7% no 4T20 quando comparado ao 4T19, impactado principalmente pela redução das despesas com serviços de terceiros e de publicidade e propaganda. O EBITDA ajustado em 2020 atingiu R\$ 23,4 milhões com margem EBITDA ajustado de 25,5%. No 4T20, o EBITDA ajustado alcançou R\$ 15,1 milhões com margem EBITDA ajustado de 49,8%. Em 2020, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi impactado principalmente pela variação cambial do Dólar x Real, passando dos negativos R\$ 144,2 milhões em 2019 para negativos R\$ 429,7 milhões em 2020. Em 25 de novembro de 2020, a Companhia inaugurou o Outlet Premium Grande São Paulo, na cidade de Itaquaquecetuba, no Estado de São Paulo, com mais de 80 lojas e ABL total de 16,6 mil m² com participação de 85% no empreendimento. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global. A Administração continua monitorando ativamente os impactos em suas condições financeiras, de liquidez, de operações, de fornecedores, de setor e de força de trabalho. Agradecemos a nossos colaboradores, lojistas, clientes e visitantes por suas preciosas contribuições.

Marcio Snioka

Diretor de Relações com Investidores

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A General Shopping e Outlets do Brasil é uma das principais empresas brasileiras de administração e desenvolvimento de shoppings centers em seus diversos modelos. Administramos 15 empreendimentos com área bruta locável total de 286.948 m², além de exploração de serviços complementares. Possuímos participação em 9 empreendimentos com 81.325 m² de área bruta locável própria e participação média de 45,4% em 31 de dezembro de 2020. Entendemos que o sucesso de nossas atividades passa pela compreensão mercadológica e pelo êxito das operações de varejo localizadas em nossos shoppings centers. Nosso objetivo é a maximização da rentabilidade da Companhia por suas receitas de prestação de serviços e localizações através da melhor *performance* varejista em nossos shoppings centers, de desenvolvimento de shoppings centers e de compra e venda de participações. Considerando as avaliações mercadológicas de cada localidade, nossa estratégia é: - investimento imobiliário em participações em shoppings centers, seja por desenvolvimento próprio, aquisição de terceiros, acréscimo de participações ou alienação de participações;

- administração dos referidos shopping centers de maneira otimizada pelas nossas competências; - exploração de serviços complementares à operação dos shoppings centers; - desenvolvimento de novas formas de shoppings centers no mercado brasileiro, além de projetos de uso misto que gerem sinergias positivas com a *performance* dos shoppings centers.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS

De maneira diferenciada, atuamos no mercado de shopping centers (imóveis com finalidades locatícias comerciais) de forma orientada ao mercado varejista. Nossas atividades são de (i) planejamento, administração e operação de shopping centers; (ii) locação dos espaços comerciais (lojas); (iii) locação de espaços publicitários e promocionais ("*merchandising*"); (iv) administração dos estacionamentos dos shopping centers; (v) planejamento e locação de equipamentos de fornecimento de energia elétrica e de água, entre outros, para os empreendimentos.

CONJUNTURA E PERSPECTIVAS

O comércio varejista brasileiro encerrou 2020 com crescimento de 1,2% em termos de volume de vendas. Apesar de uma parcela significativa do setor de bens de consumo não duráveis (supermercados e drogarias) ter sustentado um patamar positivo de crescimento das vendas ao longo do ano (4,8% e 8,1%, respectivamente), atividades como combustíveis e vestuário registraram três trimestres consecutivos de retração no volume de vendas, com uma taxa mensal média mensal (1-12) de variação de -9,7% e -23,6%, respectivamente. A variação positiva do volume de vendas no ano de 1,2% indica que houve recuperação da atividade ao longo do segundo semestre do ano, após forte contração no período de abril a junho. Esse cenário heterogêneo de desempenho reflete o choque adverso na economia por conta da pandemia do COVID-19, que além de alterar o cenário macroeconômico em termos de perspectivas de consumo das famílias, impôs restrições de operação em diversos setores varejistas. Do ponto de vista estrutural, o mercado de trabalho respondeu fortemente pelo desempenho do varejo brasileiro ao longo de 2020. A taxa de desemprego

apresentou alta de três pontos percentuais, partindo de 11,2% em janeiro para 14,1% em novembro de 2020. A população de ocupados se reduziu em 12 milhões de pessoas, se considerarmos o mesmo período de análise, gerando uma retração acumulada no ano de -2,2% em termos reais na massa mensal de rendimentos. O mercado de crédito, por sua vez, registrou crescimento das concessões às famílias em 10,8% e estabilidade no segmento de empresas com 0,4% de crescimento, amenizando os efeitos da forte retração do mercado de trabalho sobre a atividade econômica. No caso das pessoas físicas, houve elevação de 5,2 pontos percentuais na taxa de juros média das operações, fator que não piorou as condições de acesso ao sistema financeiro, dado que o volume de pagamentos com atraso superior a 90 dias (inadimplência) apresentou variação de -0,7 p.p. para as famílias e -0,9 p.p. para as empresas. As sondagens de expectativa dos consumidores seguem apontando uma percepção desafiadora à evolução do consumo com, após uma sequência de melhoras entre julho e outubro, o indicador da FGV voltando a registrar retração frente ao mês anterior nos meses de novembro e dezembro de 2020. Além da recessão imposta pela pandemia, a economia brasileira foi afetada pela aceleração dos índices de inflação, resposta a um processo de desvalorização cambial e forte alta nos preços do grupo de alimentos. Assim, ponderando as incertezas de curto prazo sobre a extensão da pandemia do COVID-19 e a velocidade de vacinação da população brasileira, a retomada das atividades de grande parte dos serviços (não médicos), o comportamento dos índices de preço e ações do Banco Central, a perspectiva é de uma melhora consistente da atividade econômica ao longo de 2021, com projeções apontando para alta de até 5,8% para as vendas do varejo. Parte desse crescimento teria origem na recomposição dos gastos das famílias em setores fortemente afetados pelas restrições de circulação e operação, onde setores que registraram fortes quedas em 2020 recuperariam parte das vendas ao longo de 2021. Outra parcela do crescimento das vendas refletiria uma melhora no mercado de trabalho (elevação das ocupações no setor de serviços) e na atividade econômica.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

RS mil	Destques Financeiros e Operacionais Consolidados					
	4T19	4T20	Variação	2019	2020	Variação
Receita Bruta Total	37.284	35.683	-4,3%	159.242	107.563	-32,5%
Aluguel (Shoppings)	12.389	13.225	6,7%	70.791	46.408	-34,4%
Serviços	24.895	22.458	-9,8%	88.451	61.155	-30,9%
NOI Consolidado	21.560	20.113	-6,7%	104.037	62.153	-40,3%
EBITDA Ajustado	17.822	15.109	-15,2%	72.910	23.430	-67,9%
Resultado Líquido Ajustado	(5.077)	61.811	-	(97.023)	(466.519)	380,8%
FFO Ajustado	(4.480)	62.442	-	(94.415)	(464.116)	391,6%
Margem NOI	66,9%	66,3%	-0,6 p.p.	74,7%	67,7%	-7,0 p.p.
Margem EBITDA Ajustado	55,3%	49,8%	-5,5 p.p.	52,4%	25,5%	-26,9 p.p.
Margem Resultado Líquido Ajustado	-15,8%	203,8%	-	-69,7%	-508,3%	-
Margem FFO Ajustado	-13,9%	205,9%	-	-67,8%	-505,7%	-
Receita Bruta por m²	554,71	489,76	-11,7%	1.663,14	1.567,40	-5,8%
NOI por m²	320,77	276,06	-13,9%	1.086,57	905,69	-16,6%
EBITDA Ajustado por m²	265,15	207,38	-21,8%	761,48	341,42	-55,2%
Resultado Líquido Ajustado m²	(75,54)	848,38	-	(1.013,32)	(6.798,09)	570,9%
FFO Ajustado por m²	(66,65)	857,04	-	(986,08)	(6.763,07)	585,9%
ABL Própria - Média do Período (m²)	67.214	72.858	8,4%	95.748	68.625	-28,3%
ABL Própria - Final do Período (m²)	67.214	81.325	21,0%	67.214	81.325	21,0%

MERCADO DE CAPITAIS E GOVERNANÇA

O ingresso da Companhia no mercado de capitais, ocorrido em julho de 2007, permitiu o acesso a melhores fontes de capital e, conseqüentemente, a realização de uma política eficiente de crescimento.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia conta com 157 colaboradores distribuídos entre seus escritórios e shopping centers. Além disso, os shoppings centers contam com mão de obra terceirizada para suas operações (como, por exemplo, para manutenção, limpeza e segurança), sendo que a Companhia fiscaliza o cumprimento por estes terceiros da legislação trabalhista e previdenciária.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Apesar de as atividades de shopping centers geralmente representarem baixo impacto ambiental, procuramos, na medida do aplicável, utilizar novos conceitos aos projetos, tais como: - utilização de fontes de energia

credenciadas ao PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica). - reciclagem da água. - reciclagem de detritos e óleos. - otimização do uso de papel e reciclagem. - paisagismo com reflorestamento. - projetos arquitetônicos privilegiando a iluminação natural.

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que não ocorreu prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 pela BDO RCS Auditores Independentes SS.

ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória no artigo 42 do seu Estatuto Social.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	66	19	113.487	197.654	Fornecedores	1.073	812	19.982	13.592	
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	-	70.809	Empréstimos e financiamentos	14	-	24.208	20.727	
Contas a receber	6	-	-	36.276	32.687	Salários e encargos sociais	1.681	1.418	10.411	1.986	
Tributos a recuperar	7	1	2.464	2.693	32.807	Impostos, taxas e contribuições	18	21.694	23.390	149.686	
Partes relacionadas	9	-	-	62.415	-	Impostos parcelados	17	361	230	17.649	
Outras contas a receber	8	769	543	35.910	23.468	Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	15	-	-	14.689	
Total do ativo circulante		836	3.026	250.781	357.425	Partes relacionadas	9	47.377	13.899	35.877	
						Receitas de cessões a apropriar	19	-	-	3.657	
						Outras contas a pagar	16	90	27	1.186	
						Total do passivo circulante		72.276	39.776	277.345	
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Contas a receber	6	-	-	1.844	1.628	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.704.613	
Partes relacionadas	9	16.467	23.711	52.724	55.316	Receitas de cessões a apropriar	19	-	-	17.075	
Empréstimos a receber com terceiros	-	-	-	3.188	2.979	Impostos parcelados	17	578	316	43.096	
Tributos a recuperar	7	-	-	27	27	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	20.683	
Depósitos e cauções	-	143	49	6.263	3.067	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	20	-	-	2.168	
Debêntures a receber - partes relacionadas	4	-	-	234.218	215.188	Provisão para perda em investimentos	10	434.506	-	-	
Outras contas a receber	8	18.273	273	53.659	84.384	Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	15	-	-	96.968	
		34.883	24.033	351.923	362.589	Total do passivo não circulante		435.084	316	1.884.603	
Investimentos	10	-	13.364	-	-	Patrimônio líquido	21				
Propriedades para investimento	11	-	-	1.057.378	948.270	Capital social		385.064	385.064	385.064	
Imobilizado	12	1.510	1.705	19.320	18.127	Reserva de capital		(1.907)	(1.907)	(1.907)	
Intangível	13	1.560	2.335	13.975	13.010	Reserva de lucros		12.573	12.573	12.573	
		3.070	17.404	1.090.673	979.407	Prejuízos acumulados		(864.301)	(391.359)	(864.301)	
Total do ativo não circulante		37.953	41.437	1.442.596	1.341.996			(468.571)	4.371	(468.571)	
						Total do passivo e patrimônio líquido		38.789	44.463	1.693.377	
Total do ativo		38.789	44.463	1.693.377	1.699.421					1.699.421	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Capital social			Reserva de capital			Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Ações em tesouraria	Gasto com emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Transação de capital			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	389.625	(2.427)	(2.134)	6.376	(8.283)	(344.474)	38.683	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(34.312)	(34.312)	
Total do resultado abrangente, líquido de impostos						(34.312)	(34.312)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	389.625	(2.427)	(2.134)	6.376	(8.283)	(378.786)	4.371	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(472.942)	(472.942)	
Total do resultado abrangente, líquido de impostos						(472.942)	(472.942)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	389.625	(2.427)	(2.134)	6.376	(8.283)	(851.728)	(468.571)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Receita operacional líquida de aluguel e serviços	22	-	-	91.781	139.215
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	23	-	-	(30.752)	(36.459)
Lucro bruto (Despesas)/Receitas operacionais				61.029	102.756
Gerais e administrativas	24	(23.979)	(29.846)	(48.523)	(58.646)
Outras receitas (Despesas) operacionais, líquidas	27	-	(100)	3.728	72.991
Resultado da equivalência patrimonial	10	(447.870)	795	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro		(471.849)	(29.151)	16.234	117.101
Resultado financeiro líquido	25	(1.093)	(4.693)	(429.669)	(144.231)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(472.942)	(33.844)	(413.435)	(27.130)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(559)	(51.091)	(23.147)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	91	(8.416)	15.965
Prejuízo do exercício		(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)
Prejuízo atribuído aos:					
Acionistas da Companhia		(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo básico por ação - R\$	21	(252,19)	(0,51)	(252,19)	(0,51)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício	(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da Companhia	(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)
Acionistas não controladores	-	-	-	-
	(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas				
Receita de aluguel, serviços e outros	-	-	107.563	153.974
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.276)	(4.484)
	-	-	101.287	149.490
Serviços e materiais de terceiros				
Serviços de terceiros, materiais e outros	(10.171)	(15.875)	(70.894)	(65.424)
Valor (consumido)/adicionado bruto	(10.171)	(15.875)	30.393	84.066
Depreciação e amortização	(1.126)	(1.327)	(2.402)	(2.608)
Valor (consumido)/adicionado líquido produzido pela Companhia	(11.297)	(17.202)	27.991	81.458
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(447.870)	795	-	-
Receitas financeiras	172	256	522.528	390.717
Outras	-	(100)	3.728	72.992
Valor adicionado a distribuir	(458.995)	(16.251)	554.247	545.167
Distribuição do valor adicionado/ (consumido)				
Pessoal				
Remuneração direta	8.870	8.208	11.739	11.070
Benefícios	1.669	1.855	3.080	3.443
FGTS	485	425	660	632
INSS	1.482	2.019	2.203	2.715
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	3	479	54.396	21.977
Municipais	173	126	2.914	4.694
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	1.265	4.949	952.197	534.948
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)
	(458.995)	(16.251)	554.247	545.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício	(472.942)	(34.312)	(472.942)	(34.312)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do período com o caixa líquido (aplicado nas)/provenientes das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	1.126	1.327	2.402	2.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	6.276	4.484
Constituição (Reversão) de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	-	249	491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	8.416	(15.965)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	51.091	23.147
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, CCI e <i>bonds</i> perpétuos (Ganho)/Perda na alienação de propriedade para investimento	-	-	166.438	140.283
Resultados financeiros sobre outros ativos e passivos não circulantes	-	-	15.018	-
Encargos financeiros sobre parcelamento de impostos	-	-	(19.030)	(19.473)
Variação cambial	-	-	1.533	5.625
Ajuste a valor justo	-	-	365.101	47.847
Resultado da equivalência patrimonial	447.870	(795)	(16.925)	(45.095)
(Aumento)/Redução dos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	(10.080)	(3.083)
Tributos a recuperar	32	(9)	(4.252)	(4.252)
Outras contas a receber	(226)	(481)	36.282	(92.573)
Depósitos e cauções	(94)	-	(3.196)	3.036
Aumento/(Redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	261	274	6.390	5.405
Impostos, taxas e contribuições	(17.265)	4.510	(4.161)	(6.300)
Salários e encargos sociais	263	5	8.425	(18)
Receitas de cessões a apropriar	-	-	(1.963)	(4.807)
Contas a pagar na compra de imóveis	-	-	-	(8.520)
Outras contas a pagar	63	27	(230)	(873)
Caixa líquido aplicado nas (provenientes das) atividades operacionais	(40.912)	(29.454)	121.106	(2.345)
Pagamento de juros	-	-	(80.927)	(66.567)
Caixa líquido (aplicado nas)/provenientes das atividades operacionais	(40.912)	(29.454)	40.179	(68.912)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Baixa de propriedade para investimentos, imobilizado e intangível	-	-	21.600	322.159
Transferência de investimentos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível para o Fil GSOB	-	12.458	-	15.376
Baixa de propriedade para investimentos destinados para venda	-	-	-	132.966
Resgate (Aplicação) financeira e aplicação e vinculada	-	-	70.809	63.464
Recebimento de dividendos	-	363.767	-	-
Empréstimos a receber com terceiros	-	-	-	3.840
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	(156)	(141)	(133.361)	(394.517)
Recebimento pelo venda de propriedade para investimento e imobilizado	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(156)	376.084	(40.952)	143.288
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	-	-	(23.564)	(38.125)
Liquidação de dividendos	-	(207.239)	-	(207.239)
Novos parcelamentos de tributos	393	(208)	7.045	4.850
Pagamento do principal de parcelamento de impostos	-	-	(16.011)	(18.950)
Partes relacionadas	40.722	(139.230)	(50.864)	(1.217)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento	41.115	(346.677)	(83.394)	(260.681)
Aumento (Redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	47	(47)	(84.167)	(186.305)
Caixa e equivalentes de caixa				
No final do exercício	66	19	113.487	197.654
No início do exercício	19	66	197.654	383.959
Aumento (Redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	47	(47)	(84.167)	(186.305)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Shopping e Outlets do Brasil S.A. (Companhia) foi constituída em 06 de março de 2007 e, a partir de 31 de março de 2007, após sucessivas operações societárias, por meio das quais a participação detida no capital das sociedades com atividades de shopping centers, bem como a participação detida no capital social das sociedades prestadoras de serviços aos shoppings centers, foi agrupada, respectivamente, em duas empresas distintas: (a) Levia Participações e Empreendimentos Ltda. e (b) Atlas Participações Ltda. Atualmente a participação da Companhia no capital das sociedades com atividades de shoppings centers está agrupada na Levia Participações Empreendimentos Ltda. e na Securis Administradora e Incorporadora Ltda. Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia, iniciada em 21 de dezembro de 2018 e concluída em 26 de dezembro de 2018, após a suspensão dos trabalhos ("Primeira RCA") e na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de fevereiro de 2019 ("Segunda RCA" e, em conjunto com a Primeira RCA, as "Reuniões"), foi aprovada, *ad referendum* de Assembleia Geral da Companhia, a distribuição de dividendos aos acionistas no valor total de R\$ 828.955.780,00 (oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais), decorrente da realização de lucros registrados na Reserva de Lucros a Realizar (RLAR) verificada conforme o balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de dezembro de 2017, sendo o montante de (i) R\$ 207.238.945,00 (duzentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais) a ser pago em dinheiro aos acionistas ("Parcela em Dinheiro") e (ii) R\$ 621.716.835,00 (seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e cinco reais) a ser pago *in natura*, mediante a entrega de quotas do General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("FII"). Em 09 de abril de 2019 foi concluída a operação de pagamento de dividendos, sendo R\$ 207.238.945,00 (duzentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais) em dinheiro e R\$ 621.716.835,00 (seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e cinco reais) *in natura*, mediante entrega de quotas do General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("FII") aos acionistas. A Companhia negocia suas ações na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla GSHP3. A Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de um programa restrito patrocinado de

Global Depository Shares com base no *Regulation S* e *Rule 144A* (GDSs), conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 22 de julho de 2016. Em 18 de julho de 2016, a CVM aprovou o pedido. Nesse contexto, o The Bank of New York Mellon atua como a instituição depositária do Programa de GDS e é responsável pela emissão dos respectivos certificados. As ações ordinárias da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA e representam lastro dos GDS à razão de 1 (um) GDS para cada 73 (setenta e três) ações. O Itaú Unibanco S.A. atua como a instituição custodiante das ações da Companhia no Brasil. O estabelecimento do programa GDS envolveu a emissão de 11.000.000 (onze milhões) de novas ações ordinárias em decorrência da incorporação da controlada indireta Druz Administradora e Incorporadora Ltda. As novas ações emitidas ficaram em poder da controlada direta GS Investments Limited. Do montante das ações que não serviram de lastro para o programa de GDS, foram canceladas 6.564.301 ações conforme ata da reunião do Conselho de administração realizada em 04 de agosto de 2017. O saldo remanescente de 1.923.550 ações (grupadas em 53.432 ações em 23 de janeiro de 2020) permanece em tesouraria nominal à Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2019 e autorizada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 23 de janeiro de 2020, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia (incluindo as ações que lastreiam os títulos emitidos pela General Shopping no âmbito do seu programa patrocinado de certificados de depósito de ações), à razão de 36 (trinta e seis) ações para 1 (uma) ação, de modo que cada lote de 36 (trinta e seis) ações foram grupados em uma única ação, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. ("Grupamento"). Em decorrência do Grupamento, o número de ações em que se divide o capital social da Companhia foi alterado de 69.435.699 (sessenta e nove milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil, seiscentas e noventa e nove) para 1.928.769 (um milhão, novecentas e vinte e oito mil setecentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A sede da Companhia está localizada em São Paulo - SP, na Avenida Angélica, nº 2.466, 24º andar conjunto 241. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. (Companhia) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram concluídas e aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de março de 2021. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020,

abrangem a Companhia e suas controladas, (conjuntamente referidas como Grupo e individualmente como entidades do Grupo). A Companhia e suas controladas tem como atividade preponderante: (a) administração de bens próprios e de terceiros; (b) participação em negócios mobiliários e (c) incorporação imobiliária e atividades correlatas ou semelhantes. As controladas diretas e indiretas da Companhia e que foram incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são as seguintes: • **ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda. (ALTE)**: tem por objeto social a prestação de serviços de provedor de acesso às redes de comunicações, serviços de comunicação multimídia - SCM, provedor de voz sobre protocolo *internet* - VOIP; • **Andal Administradora e Incorporadora Ltda. (Andal)**: tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. A Andal era detentora de uma fração ideal de 99,9% do Suzano Shopping Center. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB, em abril de 2019. Em agosto de 2019 foi incorporada pela Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a participação de 99,9% no Suzano Shopping Center foi alienada em setembro de 2019; • **Ardan Administradora e Incorporadora Ltda. (Ardan)**: tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. Atualmente, a Ardan é detentora de uma fração ideal de 0,5% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center; • **Ast Administradora e Incorporadora Ltda. (Ast)**: tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária, participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários e locação de equipamentos de segurança e câmeras de vídeo; • **Atlas Participações Ltda. (Atlas)**: tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. Atualmente, a Atlas possui participação integral na I Park Estacionamentos Ltda., Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda., Wass Comércio e Serviços de Água Ltda., General Shopping Brasil Administradora e Serviços Ltda., Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda., Ast Administradora e Incorporadora Ltda., GS Park Estacionamentos Ltda., ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda. e na BR Brasil Retail Administradora e Incorporadora S.A.; • **Babi Administradora e Incorporadora Ltda. (Babi)**: tem por objetivo social as incorporações imobiliárias, de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de administração de bens próprios e de terceiros, de participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários; • **BAVI Administradora e Incorporadora**

dora Ltda. (BAVI): Tem por objetivo a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários; • **Bac Administradora e Incorporadora Ltda. (Bac):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários; • **Bail Administradora e Incorporadora Ltda. (Bail):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária; • **BOT Administradora e Incorporadora Ltda. (BOT):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários. A BOT possui participação de 100% nas cotas da Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda.; • **Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (Brassul):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Brassul é detentora de 100% das cotas da Sale Empreendimentos e Participações Ltda.; • **BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (BR Outlet):** tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos ou adquiridos para venda, a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades e em empreendimentos imobiliários; • **BUD Administradora e Incorporadora Ltda. (BUD):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. Em julho de 2019 a BUD adquiriu 3% do Outlet Premium Brasília; • **BR Brasil Retail Administradora e Incorporadora S.A. (BR Retail):** tem por objeto social o desenvolvimento e administração de projetos envolvendo o planejamento, participação e desenvolvimento de sociedades de comércio varejista e atacadista, bem como aquisição, criação e administração de empresas com atuação no setor de varejo, franquias, máster franquias, empresas franqueadoras e/ou com potencial de se tornarem franqueadoras, todas com atuação no Brasil; • **DAN Administradora e Incorporadora Ltda. (DAN):** tem por objeto as incorporações imobiliárias, de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de administração de bens próprios e de terceiros, de participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários; • **Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Delta):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Delta era detentora de 0,1% do Suzano Shopping Center e alienou sua participação em setembro de 2019; • **EDO Empreendimentos e Participações S.A. (EDO):** tem por objeto social incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda e administração de bens próprios e de terceiros, bem como a participação com quotista e acionista em outras empresas e participação em empreendimentos imobiliários; • **Energry Comércio e Serviços de Energia Ltda. (Energy):** tem por objeto social a compra, venda e a locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia e prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria. Atualmente a Energy presta serviços de locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia ao Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, Suzano Shopping (até setembro de 2019), Shopping Bonsucesso, Outlet Premium São Paulo, Parque Shopping Barueri, Outlet Premium Brasília, Outlet Premium Salvador, Shopping do Vale, Parque Shopping Maia, Outlet Premium Rio de Janeiro, Parque Shopping Sulacap, Unimart Shopping e Outlet Grande São Paulo; • **ERS Administradora e Incorporadora Ltda. (ERS):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e incorporação imobiliária. A empresa ERS é proprietária de 50% do Shopping Outlet Premium Rio de Janeiro. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **FAT Empreendimentos e Participações S.A. (FAT):** tem por objeto social incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda e administração de bens próprios e de terceiros, bem como participação como quotista e acionista em outras empresas e participação em empreendimentos imobiliários; • **FIPARK Estacionamento Ltda. (FIPARK):** tem por objeto a administração de estacionamentos de veículos automotores em geral, próprios e de terceiros. Atualmente a FIPARK é responsável pela administração dos estacionamentos do Parque Shopping Maia, Shopping Bonsucesso e Suzano Shopping Center (até setembro de 2019); • **FLK Administradora e Incorporadora Ltda. (FLK):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e incorporação imobiliária. A FLK é proprietária de 52% do Outlet Premium Salvador, na Bahia. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **Fonte Administradora e Incorporadora Ltda. (Fonte):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Fonte é proprietária de 51% do Parque Shopping Sulacap, no Rio de Janeiro. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **GAX Administradora e Incorporadora Ltda. (GAX):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A GAX é detentora de 50% do Outlet Premium São Paulo. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **General Shopping Brasil Administradora e Serviços Ltda. (GSB Administradora):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, prestação de serviços de administração de centros comerciais e predial, prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a GSB Administradora é administradora do Suzano Shopping Center (até setembro de 2019), Poli Shopping, Cascavel JL Shopping, Shopping do Vale, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Unimart Shopping, Parque Shopping Barueri, Shopping Bonsucesso, Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Sulacap, Parque Shopping Maia, Outlet Premium Rio de Janeiro, Outlet Premium Fortaleza e Outlet Grande São Paulo; • **General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB (nova denominação social do FII Top Center):** cujo objeto consiste na aquisição de empreendimento imobiliário, desde que aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas, visando auferir receitas por meio da valorização dos imóveis, da locação ou do arrendamento e das vendas dos imóveis integrantes do seu patrimônio imobiliário, conforme permitido pelo regulamento do Fundo, pela lei e pelas disposições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O FII GSOB é detentor de 99,99% da Vanti Administradora e Incorporadora Ltda. (Vanti) e a partir de 09 de abril de 2019 as cotas foram transferidas para os acionistas como pagamento dos dividendos *in natura*; • **General Shopping Finance Limited (General Shopping Finance):** empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias. A General Shopping Finance é detentora de 49,9% das cotas da Levian Participações e Empreendimentos Ltda.; • **GS Finance II Limited (GS Finance II):** empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias; • **GS Investments Limited (GS Investments):** empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias. A GS Investments é detentora de 97,3% das cotas da Securis Administradora e Incorporadora Ltda.; • **GS Park Estacionamentos Ltda. (GS Park):** tem por objeto social a administração de estacionamentos de veículos automotores em geral, próprios ou de terceiros. Atualmente a GS Park é responsável pela administração dos estacionamentos do Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Sulacap, Internacional Guarulhos Auto Shopping, Outlet Premium Rio de Janeiro e Outlet Grande São Paulo; • **I Park Estacionamentos Ltda. (I Park):** tem por objeto social a exploração do ramo específico de estacionamento de veículos automotores em geral, próprios ou de terceiros, por administração. Atualmente a I Park é responsável pela administração dos estacionamentos do Cascavel JL Shopping, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Unimart, Shopping do Vale e Parque Shopping Barueri; • **Indui Administradora e Incorporadora Ltda. (Indui):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Indui é detentora de 50% do Outlet Premium Brasília. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda. (ASG Administradora):** tem por objeto social a administração de bens próprios ou de terceiros, prestação de serviços de administração de centros comerciais e predial, prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a ASG Administradora é administradora do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center; • **JAUÁ Administradora e Incorporadora Ltda. (JAUÁ):** tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras empresas e em

empreendimentos imobiliários; • **Levian Participações e Empreendimentos Ltda. (Levian):** tem por objeto social a administração de bens próprios, participação em outras sociedades e demais atividades complementares e correlatas. Atualmente a Levian é detentora de uma fração ideal de 99,5% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, e 0,5% do Unimart Shopping. A Levian também possui participação na Send Empreendimentos e Participações Ltda. (100%), Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. (100%), Vul Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Bud Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Bac Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Mai Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Jauá Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Securis Administradora e Incorporadora Ltda. (2,7%), Atlas Participações Ltda. (100%), FIPARK Estacionamentos Ltda. (100%), EDO Empreendimentos e Participações S.A. (100%), Poli Shopping Administradora de Bens Ltda. (50%), Babi Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Dan Administradora e Incorporadora Ltda. (100%) e Loia Administradora e Incorporadora Ltda. (100%); • **LOA Administradora e Incorporadora Ltda. (LOA):** tem por objeto as incorporações imobiliárias, de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de administração de bens próprios e de terceiros, de participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários; • **MAI Administradora e Incorporadora Ltda. (MAI):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária; • **Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda. (Manzanza):** tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria e administração de shopping centers e a administração de bens próprios. A Manzanza é proprietária de um terreno em Atibaia; • **Palo Administradora e Incorporadora Ltda. (Palo):** tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e de centros comerciais, próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Palo é detentora de 50% do Outlet Premium Fortaleza. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **Pentar Administradora e Incorporadora Ltda. (Pentar):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e de centros comerciais, próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Pentar é detentora de 99,5% do Unimart Shopping. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **POL Administradora e Incorporadora Ltda. (POL):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários; • **Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda. (Poli Empreendimentos):** tem por objeto social a exploração do ramo de shopping centers, por meio da locação de imóveis próprios ou da sublocação de imóveis locados de terceiros. Atualmente, a "Poli Empreendimentos" é a detentora de 50% do Poli Shopping Center. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (Premium Outlet):** tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários; • **Rumb Administradora e Incorporadora Ltda. (Rumb):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e de centros comerciais, próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários; • **Sale Empreendimentos e Participações Ltda. (Sale):** tem por objeto social a compra, venda, locação, urbanização, hipoteca, incorporação, construção e a administração de bens imóveis de sua propriedade e de terceiros ou em condomínio. A Sale é detentora de 84,4% do Shopping do Vale; • **SB Bonsucesso Administradora e Incorporadora S.A. (SB Bonsucesso):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A SB Bonsucesso é detentora de 63,4% do Shopping Bonsucesso. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **Securis Administradora e Incorporadora Ltda. (Securis):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e participação em outras empresas. A Securis é detentora de 100% das cotas das empresas: Ardian Administradora e Incorporadora Ltda., Bail Administradora e Incorporadora Ltda., Bavi Administradora e Incorporadora Ltda., BOT Administradora e Incorporadora Ltda., Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., FAT Empreendimentos e Participações S.A., POL Administradora e Incorporadora Ltda., Tequs Administradora e Incorporadora Ltda., Rumb Administradora e Incorporadora Ltda., Tela Administradora e Incorporadora Ltda. A Securis também é detentora de 0,1% do Shopping Bonsucesso e de uma fração inferior a 0,1% da Vanti Administradora e Incorporadora Ltda.; • **Send Empreendimentos e Participações Ltda. (Send):** tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades. A Send é detentora de 100% das cotas da Uniplaza Empreendimento Participação e Administração de Centro de Compras Ltda.; de 85,5% do Cascavel JL Shopping e de 48% do Parque Shopping Barueri (adquirido em julho de 2019); • **TEQUS Administradora e Incorporadora Ltda. (TEQUS):** tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários; • **Tela Administradora e Incorporadora Ltda. (Tela):** tem por objeto social as atividades de incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos ou adquiridos para venda, a administração de bens próprios e de terceiros, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A Tela é detentora de 85% do Outlet Premium Grande São Paulo; • **Uniplaza Empreendimentos Participações e Administração de Centros de Compras Ltda. (Uniplaza):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e de centros comerciais, próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários; • **Vanti Administradora e Incorporadora Ltda. (Vanti):** tem por objetivo a administração de bens próprios e de terceiros e de centros comerciais, próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e participação em outras empresas. A Vanti detém 100% das cotas das empresas: Andal Administradora e Incorporadora Ltda. (alienada em agosto de 2019), ERS Administradora e Incorporadora Ltda., FLK Administradora e Incorporadora Ltda., GAX Administradora e Incorporadora Ltda., SB Bonsucesso Administradora e Incorporadora S.A., XAR Administradora e Incorporadora Ltda., Indui Administradora e Incorporadora Ltda., Palo Administradora e Incorporadora Ltda., Pentar Administradora e Incorporadora Ltda., Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda. e Fonte Administradora e Incorporadora Ltda. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **Vide Serviços e Participações Ltda. (Vide):** tem por objeto social serviços de divulgações institucionais, administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias e participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários; • **Vul Administradora e Incorporadora Ltda. (Vul):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Vul é proprietária de 50,1% do Parque Shopping Maia; • **Wass Comércio e Serviços de Águas Ltda. (Wass):** tem por objeto social a locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água, bem como a prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria inerentes. Atualmente, a Wass é responsável pela locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água para o Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, Cascavel JL Shopping, Suzano Shopping (até setembro de 2019), Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Shopping do Vale, Parque Shopping Barueri, Poli Shopping, Shopping Bonsucesso, Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Maia, Outlet Premium Rio de Janeiro e Outlet Grande São Paulo; • **XAR Administradora e Incorporadora Ltda. (XAR):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A XAR é detentora de 48% do Parque Shopping Barueri. Conferida ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB em abril de 2019; • **Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (Zuz):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. As controladas BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (BR Outlet), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (Premium Outlet), Jauá Administradora e Incorporadora Ltda. (Jauá), Bail Administradora e Incorporadora Ltda. (BAIL), Fat Administradora e Incorporadora Ltda. (FAT), Bavi Administradora e Incorporadora Ltda. (Bavi), Tequs Administradora e Incorporadora Ltda. (Tequs), Poli Shopping Administração e Serviços Ltda. (Poli Adm.), BAC Administradora e Incorporadora Ltda. (BAC), Mai Administradora e

Incorporadora Ltda. (MAI), Babi Administradora e Incorporadora Ltda. (BABI), Dan Administradora e Incorporadora Ltda. (DAN), Loia Administradora e Incorporadora Ltda. (LOA) e EDO Empreendimentos e Participações S.A. (EDO) têm por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. As empresas não possuem operações em 31 de dezembro de 2020. A Companhia detém participação direta, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nos seguintes empreendimentos:

Participação	31/12/2020		31/12/2019	
	ABL Total (m²)	ABL Própria (m²)	ABL Total (m²)	ABL Própria (m²)
Shopping Center				
Auto Shopping Cascavel JL	100,0%	11.477	100,0%	11.477
Shopping do Vale	85,5%	8.877	85,5%	8.877
Unimart Shopping Campinas	84,4%	16.882	84,4%	16.882
Parque Shopping Barueri	0,5%	15.878	0,5%	15.878
Outlet Premium Brasília	48,0%	36.300	48,0%	36.300
Shopping Bonsucesso	3,0%	16.162	3,0%	16.162
Parque Shopping Maia	0,1%	25.273	0,1%	25.273
Outlet Premium Grande São Paulo (*)	50,1%	31.711	50,1%	31.711
Total	85,0%	16.601	14,111	-
	45,4%	179.161	81.325	162.560
				67.214

(*) Conforme comunicado ao mercado, empreendimento inaugurado em 25 de novembro de 2020, localizado na Estrada de São Bento, saída 45 da Rodovia Ayrton Senna, na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) - IAS 1) e de acordo com a deliberação CVM 676/11 que aprovou o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.1.2. Continuidade operacional:** Com base em nosso melhor conhecimento, não há nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido informado e, que possa (i) impedir a continuidade operacional ordinária da Companhia e suas controladas, e/ou (ii) afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e influir na sua avaliação como empreendimento em continuidade. Sendo assim as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. Devido à pandemia da COVID-19 e sua repercussão no cenário global, bem como as medidas adotadas pelas autoridades governamentais, algumas lojas que não se enquadravam na categoria de serviços essenciais conforme legislação governamental, deixaram de operar por um período de tempo, levando a uma maior inadimplência do aluguel fixo e redução substancial do aluguel variável, bem como menor ocupação dos estacionamentos no segundo e terceiro trimestre de 2020. Os impactos na economia brasileira e internacional causados pela COVID-19 podem contribuir para, entre outras consequências: (i) impactar negativamente as vendas, receita operacional e fluxos de caixa; (ii) prejudicar a condição financeira de determinados clientes e fornecedores; (iii) reduzir certos programas de investimentos. A Companhia mantém monitoramento periódico sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital de giro. A Companhia acredita que não possui evidência de risco de continuidade operacional até o presente momento. **2.1.3. Estrutura de capital e capital circulante líquido:** A Companhia apresenta uma redução na posição do patrimônio líquido de R\$ 4.371 mil em 31 de dezembro de 2019, para um patrimônio líquido negativo de R\$ 468.571 mil em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente a fatores não monetários e sem efeito caixa, ou seja, gerado em função do impacto da variação cambial sobre o principal da dívida perpétua da Companhia que é indexada ao dólar. Desta forma, seguindo as normas contábeis brasileiras, a variação cambial é registrada na rubrica de despesas financeiras e afetam o resultado do exercício, sendo refletida no lucro ou prejuízo do exercício, mas não tem efeito caixa, nem caráter definitivo. O Capital circulante líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020 era negativo em R\$ 26.564 mil (R\$ 124.882 positivo em 31 de dezembro de 2019), devido à aplicação dos recursos próprios nas propriedades para investimentos, causando redução no "caixa e equivalentes de caixa". A Administração da Companhia entende que o plano de negócios da Companhia, combinado com a gestão eficiente dos resultados e balanço, devem garantir sua sustentabilidade e demonstram os elementos necessários para a continuidade da operação. **2.1.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis, de cada controlada incluída na consolidação, são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que opera) de cada controlada. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. As controladas localizadas no exterior (General Shopping Finance, GS Finance II e a GS Investments) não possuem corpo gerencial próprio, nem independência administrativa, financeira e operacional, portanto, a moeda funcional definida foi o real (R\$), que é a moeda funcional da controladora. **2.1.5. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base, sendo consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.1. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla, ou não, outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. As controladas foram consolidadas integralmente incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza

de cada conta, complementadas com as eliminações de: **(a)** saldos de investimentos e do patrimônio líquido; **(b)** saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas e **(c)** receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui participação de não-controladores a ser apresentado. Os resultados das controladas (inclusive fundos de investimento imobiliário) adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. A Companhia revisou as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e não identificou diferenças com aquelas adotadas no Brasil, a serem ajustadas no patrimônio líquido e no resultado do exercício desses investimentos antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	% - 31/12/2020 - participação no capital	% - 31/12/2019 - participação no capital
Controladas diretas		
Levian	100%	100%
General Shopping Finance	100%	100%
GS Finance II	100%	100%
GS Investments	100%	100%
Controladas indiretas		
Alte	100%	100%
Ardan	100%	100%
ASG Administradora	100%	100%
Ast	100%	100%
Atlas	100%	100%
Babi (sem operação)	100%	100%
Bac (sem operação)	100%	100%
Bail (sem operação)	100%	100%
Bavi (sem operação)	100%	100%
Bot	100%	100%
Br Outlet (sem operação)	100%	100%
BR Retail	100%	100%
Brassul	100%	100%
Bud	100%	100%
Dan (sem operação)	100%	100%
Delta	100%	100%
EDO (sem operação)	100%	100%
Energy	100%	100%
FAT (sem operação)	100%	100%
FIPARK	100%	100%
GSB Administradora	100%	100%
GS Park	100%	100%
Ipark	100%	100%
Jauá (sem operação)	100%	100%
Loa (sem operação)	100%	100%
MAI (sem operação)	100%	100%
Manzanza	100%	100%
POL	100%	100%
Poli Shopping Administração e Serviços (sem operação)	50%	50%
Premium Outlet (sem operação)	100%	100%
Rumb	100%	100%
Sale	100%	100%
Securis	100%	100%
Send	100%	100%
Tela	100%	100%
Tequs (sem operação)	100%	100%
Uniplaza	100%	100%
Vide	100%	100%
Vul	100%	100%
Wass	100%	100%
Zuz	100%	100%

2.3. Investimentos em controladas: Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 R2 (IAS 28) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações contábeis da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado às mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada nas demonstrações contábeis do resultado da Controladora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas no mesmo exercício de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **2.4. Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo diretor-presidente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.6. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, contas a pagar, bônus perpétuos, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. **Classificação:** Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias: **a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **b) Ativos financeiros pelo custo amortizado:** Instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de elaboração das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os ativos financeiros da Companhia correspondem aos empréstimos às partes relacionadas, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outras contas a receber. **c) Passivos financeiros pelo custo amortizado:** Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstra-

ções contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. A Nota Explicativa nº 28 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente. Quando um instrumento financeiro por um derivativo listado em bolsa, seu valor justo deve ser mensurado por meio de técnicas de avaliação com base em cotações em mercado ativo, em que o preço utilizado para o cálculo do valor justo é o de fechamento de cada mês. No caso dos derivativos não listados, ou seja, via balcão, o valor justo deverá ser calculado por meio de métodos de avaliação a valor presente por desconto de fluxo de caixa futuro, também com base em informação de mercado no último dia do mês. **2.8. Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Os critérios que a Companhia e suas controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem: • dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; • violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; • probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; • extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **2.9. Contas a receber e partes relacionadas:** Registradas primeiramente pelos valores faturados, com base nos contratos de aluguel e de serviços prestados, ajustadas pelos efeitos decorrentes do reconhecimento de receita de aluguel de forma linear, apurada de acordo com o prazo previsto nos contratos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos. A provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **2.10. Propriedades para investimento:** São representadas por terrenos e edifícios em shopping centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11. As propriedades para investimento são inicialmente registradas pelo custo de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, exceto pelas propriedades em construção ("greenfields") e terrenos para futura expansão. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. As propriedades para investimento em construção ("greenfields") são reconhecidas pelo custo de construção até o momento em que entrem em operação ou quando a Companhia consiga mensurar com confiabilidade o valor justo do ativo. Os custos incorridos relacionados às propriedades para investimento em utilização, como: manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como custo na demonstração do resultado do exercício a que se refere. As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômico-futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado. Nas operações em que o investimento é realizado em regime de coemprometimento, onde a alienação de participação no projeto ocorre antes da conclusão das obras, os valores pagos pelo sócio a Companhia são mantidos no passivo como adiantamentos até a efetiva transferência dos riscos e benefícios da propriedade do bem (conclusão das obras), quando a diferença entre os valores líquidos da alienação e o valor contábil proporcional do ativo é reconhecida no resultado. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção, quando aplicável, são capitalizados. **2.11. Imobilizado:** Demonstado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, caso apropriado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.12. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado, prospectivamente. **2.13. Redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve evidências que indicassem que os ativos não seriam recuperáveis. As propriedades para investimentos estão avaliadas ao seu valor justo, as variações de acordo com os laudos de avaliação são registradas em conta de resultado do exercício. **2.14. Outros ativos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros. São demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **2.15. Outros passivos (circulante e não circulante):** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. **2.16. Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **2.17. Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários:** Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso futuro são consideradas prováveis pelos consultores jurídicos e pela administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência da administração em causas semelhantes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20. **2.18. Custo de empréstimos - capitalização de juros:** Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de propriedades de investimento em desenvolvimento são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização desses encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo. Os custos

de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e presumido e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 8% sobre o ajuste a valor justo e sobre a venda de propriedades para investimentos, 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. **2.20. Reconhecimento de receitas:** A receita de aluguel é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos, levando em consideração o reajuste contratual e a cobrança de 13º aluguel, e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação dos serviços. Nossas receitas derivam principalmente das seguintes atividades: **a) Aluguel:** Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais, como *stands* de venda e inclui a locação de espaços comerciais para publicidade e promoção. O aluguel de lojas a lojistas de shopping centers corresponde ao maior percentual das receitas da Companhia. **b) Estacionamento:** Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos. **c) Serviços:** Referem-se à receita da gestão de administração e de suprimento de energia e água dos shoppings centers. **Receitas de cessões a apropriar:** As receitas de cessões de direitos de uso a lojistas, locação de equipamentos e usufrutos de frações ideais do estacionamento do Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Maia e Shopping Suzano são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo respectivo do primeiro contrato de aluguel ou do contrato de direitos de uso, ou do contrato de usufruto. **2.21. Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação:** Conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33), o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras. **2.22. Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis. **2.23. Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS, requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia e de suas controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações contábeis. As estimativas devem ser determinadas com base no melhor conhecimento existente, na data de aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso e de acordo com a experiência de eventos passados e/ou correntes. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir: **a) Valor justo das propriedades para investimento:** A Companhia contratou uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, em que avalia as propriedades para investimento da Companhia anualmente. Os valores justos são baseados nos valores de mercado das suas propriedades para investimento, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Cálculo esse baseado através de uma inspeção detalhada, incluindo análises dos históricos, situações atuais, perspectivas futuras, localizações das propriedades para investimento avaliadas além dos mercados em geral. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que a Companhia tenha diferenças temporárias tributáveis (IR e CS diferido passivo) suficientes. Esses prejuízos se referem à Companhia que apresenta histórico de prejuízos e não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as avaliações patrimoniais das propriedades para investimento são calculados pela sistemática de tributação do lucro presumido. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.24. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020: - Alteração da norma IFRS 16 - Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19:** Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Deliberação CVM nº 859 de 07/07/2020 estabeleceu que as empresas no Brasil adotem esta alteração de norma para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020, desta forma, a Companhia já adotou esta alteração de norma no exercício de 2020. A Companhia não teve impactos nas suas Demonstrações Contábeis. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de informação financeira do IASB) - As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas

normas: - **Alteração das normas IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não Circulante.** Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias. - **Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 - Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada;** IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. - **Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso.** Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. - **Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato.** Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. - **Alteração da norma IFRS 3 - Referências à estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS.** Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. - **Alteração da norma IFRS 17 - Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro.** Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis. - **Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9:** Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis. - **Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2:** Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos				
Em reais				
Caixa	65	14	101	51
Bancos	1	2	471	1.720
Em dólar norte-americano				
Bancos (a)	-	-	6	10
Total	66	16	578	1.781
Aplicações financeiras				
Em reais				
CDB (b)	-	-	29.464	33.066
Compromissada (b)	-	-	2.636	238
Conta remunerada	-	3	780	533
Fundo de investimento exclusivo (c)				
Caixa	-	-	14	10
Fundo de Investimento	-	-	97	40.140
LTN	-	-	3.917	-
LFT	-	-	27.749	96.724
Letras financeiras	-	-	5.600	22.922
Compromissada	-	-	42.652	2.240
Total de aplicações financeiras	-	3	112.909	195.873
Total de caixa e equivalentes de caixa	66	19	113.487	197.654

(a) Em 31 de dezembro de 2020, o total do saldo de caixa e bancos é de R\$ 578 (consolidado), sendo o montante de R\$ 6 depositado em conta corrente no exterior e é indexado ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2019, do total do saldo de R\$ 1.781 (consolidado), o montante de R\$ 10 estava depositado em conta corrente no exterior e era indexado ao dólar norte-americano;

(b) Recursos aplicados em CDBs (Certificados Depósitos Bancários) e Compromissadas nos bancos Santander e Itaú com rendimento em média 94,4% do CDI;

(c) Em 31 de dezembro de 2020, a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo - LICTOR crédito PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ 15.198.855/0001-46 é composta substancialmente por títulos emitidos por instituições financeiras no Brasil e títulos públicos federais de alta liquidez, registrados por seus valores de realização, que remuneram em média 97,1% do CDI. Esse fundo não possui obrigações significativas com terceiros, estando essas limitadas às taxas de administração de ativos e outros serviços inerentes às operações de fundos.

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são investimentos com prazo de resgate inferior a 90 dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

4. DEBÊNTURES A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures a receber (a)	234.218	215.188
Total	234.218	215.188

(a) Em 18 de fevereiro de 2019 foram emitidas as debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, em espécie única, para distribuição privada, com vencimento em 18 de fevereiro de 2029, com taxa de 4,18% a.a. + IPCA, com pagamento de juros e amortização anual a partir de 2023, ressalvada as hipóteses de vencimento antecipado ou resgates antecipados, da emissora Vanti Administradora e Incorporadora S.A., a favor atualmente da controlada Levian Participações e Empreendimentos Ltda. Entre 28 de agosto de 2019 e 31 de outubro de 2019 houve liquidação parcial no valor de R\$ 154.893.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Renda Fixa (a)	-	70.809
Total	-	70.809

(a) Valor depositado em Fundo de Investimento DI e Investi Fix no Banco Itaú S.A. com liquidez diária, referente à garantia adicional das operações de empréstimos e cédulas de crédito imobiliários (CCI), conforme descrito nas Notas Explicativas 14 e 15. Em 23 de março de 2020 foi resgatado o valor total.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Aluguéis a receber e outros	68.928	58.847
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(30.808)	(24.532)
Total	38.120	34.315
Circulante	36.276	32.687
Não circulante	1.844	1.628

As contas a receber de clientes são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos, variações monetárias auferidas e efeitos decorrentes da linea-

rização da receita, calculados "pro rata dia" até a data do balanço. Esses valores nominais correspondem aproximadamente aos respectivos valores presentes pelo fato de serem realizáveis em curto prazo. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor contábil das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das modalidades de cobrança (aluguéis, serviços e outros), considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito, a análise dos créditos vencidos há mais de 180 dias e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. A carteira de clientes que não foi provisionada refere-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis. A Companhia considera para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção, multiplicados por 12); as garantias aceitas (imóvel, carta de fiança, seguro etc.); a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios, fiadores e caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(24.532)	(34.312)
Créditos provisionados e créditos baixados no exercício	(6.276)	(4.484)
Contribuição ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB	-	14.264
Saldo no final do exercício	(30.808)	(24.532)

A composição das contas a receber faturadas por período de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	18.941	20.527
Vencidas		
Até 30 dias	1.394	723
De 31 a 60 dias	661	414
De 61 a 90 dias	572	502
De 91 a 180 dias	11.657	6.274
Acima de 180 dias	35.703	30.407
	49.987	38.320
Total	68.928	58.847

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 4.895 das contas a receber de clientes (R\$ 5.875 em 31 de dezembro 2019) encontra-se vencido há mais de 180 dias, mas não provisionado. A Companhia entende que os demais valores vencidos estão devidamente negociados com os clientes e não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis.

Durante o exercício social, em função da pandemia de COVID-19, a Companhia reavaliou a estimativa de provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e a complementou em R\$ 4.980 no decorrer do exercício social de 2020.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	-	-	1.306	4.994
IRRF a recuperar	1	3	355	791
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	-	66	49
PIS e COFINS a recuperar	-	-	100	85
Imposto de renda - antecipações	-	1.833	706	21.634
Contribuição social - antecipações	-	628	134	5.100
Outros impostos a recuperar	-	-	53	181
Total	1	2.464	2.720	32.834
Circulante	1	2.464	2.693	32.807
Não circulante	-	-	27	27

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Extinção de usufruto (a)	-	-	13.090	18.350
Rescisões contratuais a receber	-	-	18.644	23.512
Valores a receber na operação com propriedades com investimentos (c)	-	-	19.150	-
Valores a receber - Suzano (b)	-	-	-	58.234
Despesas de seguros a apropriar	279	10	348	63
Adiantamento a fornecedores	18.000	7	29.440	3.654
Adiantamento de benefícios trabalhistas	46	56	84	86
Despesas a apropriar	415	367	415	367
Valores a receber de outros empreendimentos	273	273	6.672	2.327
Comissões a apropriar	-	-	970	1.018
Outras contas a receber	29	103	756	241
Total	19.042	816	89.569	107.852
Ativo circulante	769	543	35.910	23.468
Ativo não circulante	18.273	273	53.659	84.384

(a) Valores a receber originados principalmente na operação de extinção dos usufrutos nos empreendimentos conferidos ao FII GSOB conforme Nota Explicativa 19;

(b) Valor recebido em julho de 2020, referente à venda do Shopping Suzano;

(c) Valor a receber substancialmente pela venda de terreno da SEND.

10. INVESTIMENTOS

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Resultado da equivalência patrimonial		Saldos dos investimentos	
						31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretas - Investimentos									
Levian	50,1	347.798.356	693.707	(20.226)	757.375	(10.133)	379.445	389.578	389.578
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas									
General Shopping									
Finance	100	50.000	81	(207.634)	(319.596)	(207.634)	(319.596)	(111.962)	
GS Investments	100	50.000	-	(230.099)	(493.537)	(230.099)	(493.537)	(263.438)	
GS Finance II	100	50.000	81	(4)	(818)	(4)	(818)	(814)	
Saldo líquido			162	(437.737)	(813.951)	(437.737)	(813.951)	(376.214)	
				(457.963)	(56.576)	(447.870)	(434.500)	13.364	

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Resultado da equivalência patrimonial		Saldos dos investimentos	
						31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas indiretas - Levian									
Atlas	100%	3.816.399	3.816	53.086	166.475				
Bac	100%	10.000	10	-	10				
Babi	100%	10.000	29.302	-	14.692				
BR Outlet	100%	10.000	10	(16)	(47)				
Bud	100%	10.000	10		4.538				
Dan	100%	10.000	10		-				
Delta	100%	89.693	89.693	(22.323)	250.723				
Edo	100%	10.000	1	(4)	(3)				
Fipark	100%	10.000	563	2.629	7.925				
Jauá	100%	10.000	10	-	25				
Loa	100%	10.000	10	-	10				

9. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas: No curso dos negócios da Companhia, os acionistas, as controladas e os condomínios civis realizam operações comerciais e financeiras entre si, que incluem: (i) prestação de serviços de consultoria e assistência operacional relacionados ao fornecimento de água e energia e às instalações elétricas; (ii) administração de shopping centers; (iii) administração de estabelecimentos de shopping centers; (iv) contratos de locação comercial e (v) acordos e deliberações tomados no âmbito de convenções de condomínios. Em linhas gerais, todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia, exceto em relação ao saldo de conta corrente sobre o qual não incidem encargos financeiros. A Administração negocia contratos com partes relacionadas individualmente, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores, atendimento de padrões de qualidade, fazendo, assim, com que a contratação de parte relacionada reflita a opção que melhor atende aos interesses da Companhia em relação aos prazos, valores e condições de qualidade, quando comparados com outros contratantes similares. Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, na controladora, são apresentados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Levian	-	7.152
Vanti	12.459	12.459
General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB	1.766	1.766
Outros	2.242	2.334
Total	16.467	23.711
Passivo		
I Park (a)	6.569	6.569
Delta (a)	7.330	7.330
Levian (a)	33.478	-
Total	47.377	13.899

(a) Referem-se a exigíveis sobre os quais não incidem encargos financeiros nem há prazo definido de vencimento.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, no consolidado, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Condomínio Outlet Premium Brasília (c)	2.466	2.466
Condomínio do Vale (c)	2.337	2.110
Condomínio Outlet Grande São Paulo (c)	930	-
Condomínio Bonsucesso (c)	346	346
Condomínio Voluntário Civil Parque Shop Maia (c)	5.762	5.810
Golf Participações Ltda. (a)	40.186	35.663
Nova Poli Shopping Center	-	102
Pessoas físicas (c)	-	163
Grupo VANTI (c)	62.415	7.772
Outros (c)	697	884
Total - Não circulante	115.139	55.316
Ativo circulante	62.415	-
Ativo não circulante	52.724	55.316
Passivo		
SAS Venture LLC (b)	34.311	24.650
Condomínio Unimart Campinas	-	493
Outros (c)	1.566	1.566
Total	35.877	26.709

(a) As operações entre as partes relacionadas ao acionista e controlador está sujeito a encargos financeiros de 1% ao mês. Não há prazo previsto para o recebimento;

(b) Na reorganização societária, o capital social da controlada Park Shopping Administradora foi reduzido e está sendo devolvido ao então acionista SAS Ventures LLC em parcelas semestrais atualizadas pela variação do Dólar, desde 14 de setembro de 2007;

(c) Sobre as demais operações entre as partes relacionadas não incidem encargos financeiros nem há prazo definido de vencimento.

b) Remuneração dos administradores: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo (ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, participação nos lucros e assistência médica) de R\$ 5.685 e R\$ 5.785, respectivamente, conforme descrito a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Pró labore	4.134	4.119
Remuneração variável e encargos	827	843
Benefícios	724	823
Total	5.685	5.785

Não foi pago nenhum valor a título de: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo) e (iii) remuneração com base em ações. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 30 de abril de

...continuação

General Shopping e Outlets do Brasil S.A. – CNPJ nº 08.764.621/0001-53

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas		Lucro/(prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido		% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas		Lucro/(prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido		11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			
		Capital social																
Mai	100%	1.409.558	1.410	(9)	1.567	Bot	100%	100	3.864	(440)	(217)							
Poli Administradora	50%	100.000	100	(5)	(7)	Brassul	100%	10.000	10	37.043	94.930							
Premium Outlet	100%	10.000	10	(5)	(4)	FAT	100%	10.000	2.774	637	4.917							
Securis	2,7%	194.579.548	178.825	2.957	193.775	Manzanza	100%	1.906.070	4.212	8.722	56.389							
Send	100%	262.581.624	289.000	69.453	428.762	POL	100%	3.466.160	3.466	1.019	33.597							
Uniplaza	100%	42.948.318	42.948	645	35.791	Rumb	100%	10.000	10	(1)	(199)							
Vul	100%	350.689.894	424.382	42	237.697	Sale	100%	10.000	10	4.218	29.977							
Zuz	100%	58.139.780	58.140	970	95.240	Securis	97,3%	50.000	1.582	(8)	(252)							
Controladas indiretas - Atlas						Tela	100%	20.000	1.945	78	2.167							
Alte	100%	50.000	1.582	(8)	(252)	Tequs	100%	1.497.196	1.497	1.921	8.667							
ASG Administradora	100%	20.000	1.945	41	2.130	A movimentação para o período findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:												
Ast	100%	1.497.196	1.497	1.531	8.277	Saldo em 31 de dezembro de 2018					1.010.511							
BR Brasil Retail	100%	100	3.864	(241)	(18)	Aumento de capital na General Shopping e												
Energy	100%	10.000	10	31.449	89.336	Outlets Fundo de Investimentos - FI					1.765							
GS Park	100%	10.000	2.774	416	4.695	Resultado de equivalência patrimonial					795							
GSB Administradora	100%	1.906.070	4.212	6.366	54.033	Transferência de participação societária no General												
Ipark	100%	3.466.160	3.466	176	32.753	Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos												
Vide	100%	10.000	10	(3)	(201)	Imobiliário - FII GSOB, para os acionistas como												
Wass	100%	10.000	10	3.307	29.067	pagamento de dividendos "in natura"					(621.716)							
Controladas indiretas - GS Investment						Contribuição ao General Shopping e Outlets do Brasil												
Ardan	100%	50.000	1.582	(8)	(252)	Fundo de Investimentos Imobiliário - FII GSOB					(14.224)							
Bail	100%	20.000	1.945	78	2.167	Recebimento de dividendos da Levian					(363.767)							
Bavi	100%	1.497.196	1.497	1.921	8.667	Saldo em 31 de dezembro de 2020					(434.506)							

Propriedades para investimento dadas em garantia de empréstimos estão descritas nas Notas Explicativas nº 14 e 15. **Avaliação a valor justo:** O valor justo de cada propriedade para investimento em operação foi determinado por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente (CB Richard Ellis). A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento a valor justo é a preceituada pelo The Royal Institution of Chartered Surveyors (R.I.C.S.), da Grã-Bretanha, e pelo Appraisal Institute, dos Estados Unidos, os quais são internacionalmente utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas da propriedade em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento. Para as avaliações, foram elaborados fluxos de caixa de 10 anos, desconsiderando a inflação que possa vir a existir nesse período. A taxa média ponderada de desconto aplicada ao fluxo de caixa foi de 8,79% e a taxa média de capitalização (perpetuidade) adotada no 10º ano do fluxo foi de 7,53%.

12. IMOBILIZADO

	% - Taxa de depreciação	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Edificações	2 a 4	587	324	587	337
Móveis e utensílios	8 a 15	524	160	523	197
Máquinas e equipamentos	8 a 15	1.414	595	1.414	710
Computadores e periféricos	15 a 25	1.572	124	1.508	123
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8 a 15	739	-	701	31
Adiantamento a fornecedores	-	307	-	307	-
Total		5.143	1.510	5.040	1.705

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstrado a seguir, para o período findo em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2019		31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Edificações	337	-	337	(13)
Móveis e utensílios	197	1	197	(38)
Máquinas e equipamentos	710	-	710	(115)
Computadores e periféricos	123	64	123	(63)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31	38	31	(69)
Adiantamento a fornecedores	307	-	307	-
Total	1.705	103	1.705	(298)

13. INTANGÍVEL

	% - Taxa de amortização	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Vida útil indefinida					
Marcas e patentes	-	466	466	447	447
Vida útil definida					
Softwares	20	19.090	1.094	19.056	1.888
Total		19.555	1.560	19.503	2.335

(a) Em 30 de julho de 2012, a Companhia assumiu o compromisso de pagar à Prefeitura Municipal de Suzano a quantia de R\$ 4.505, pelo direito real de uso com encargos de uma área com metragem total de 11.925,71 m² no Município de Suzano/SP, para instalação de centros comerciais. O referido direito possui prazo de 60 anos e é amortizado nesse período de forma linear;

(b) Através de laudo de avaliação foi identificado como ativo intangível com vida útil definida, decorrente da aquisição de 100% das cotas da SB Bonsucesso Administradora de Shoppings S.A. o direito de renovação dos contratos (gestão de contratos), que se refere à renovação automática dos contratos de locação dos inquilinos do Shopping Bonsucesso. O método utilizado foi de fluxo de caixa descontado com prazo de vida útil em 10 anos.

A movimentação do intangível para o período findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Prazo de vida útil	Método de amortização	31/12/2019		31/12/2020	
			Adições	Amortização	Baixas	Adições
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes	-	-	447	19	-	466
Vida útil definida						
Softwares	5 anos	Linear	1.888	34	(828)	1.094
Total			2.335	53	(828)	1.560

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	31/12/2020		31/12/2019	
				31/12/2020	31/12/2019		
Empréstimos e financiamentos							
Titulos de crédito perpétuo (a)	US\$	10%	-	610.640	473.629		
Titulos de crédito perpétuo (b)	US\$	13%	-	1.056.132	754.212		
Bônus de dívida (b)	US\$	10%/12%	2026	48.173	37.365		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Bradesco FINEM (c)	R\$	6,8% + TJLP	2021	8.357	12.739		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Bradesco FINEM (d)	R\$	6,8% + Selic	2021	5.519	8.392		
Total				1.728.821	1.286.337		

Passivo circulante
Passivo não circulante

(a) Em 09 de novembro de 2010, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominados "Bônus perpétuos" (perpetual bonds), o montante de US\$ 200.000, correspondente a R\$ 339.400, na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. De acordo com o prospecto de emissão de títulos perpétuos, os recursos captados são destinados à liquidação antecipada dos CCI e ao investimento em "greenfields" e expansões. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 11.483, e o custo efetivo da operação foi de 10,28%. Em 19 de abril de 2011, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominado "Bônus perpétuos" (perpetual bonds), o montante de US\$ 50.000, correspondente a R\$ 78.960, na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 758, e o custo efetivo da operação foi de 10,28%. Em 27 de outubro de 2015, foi realizado a recompra de parte dos cupons do "Bônus perpétuos" (perpetual bonds), no valor de US\$ 85.839, correspondente a R\$ 335.750 na data da recompra. Em 8 de agosto de 2018, foi realizado a recompra de parte dos cupons do "Bônus perpétuos" (perpetual bonds), no valor de US\$ 48.297, correspondente a R\$ 181.206 na data da recompra.

(b) Em 20 de março de 2012, a controlada GS Investments Limited captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominado "Bônus perpétuos" (perpetual bonds), o montante de US\$ 150.000, correspondente a R\$ 271.530 na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com juros de 12% ao ano pagos semestralmente até o 5º ano da data de emissão, após o 5º ano até o 10º ano da data de emissão, 5 Year US Treasury mais 11,052% ao ano, pagos semestralmente, e do 10º ano em diante, USD LIBOR de três meses mais 10,808% e 1%, pagos trimestralmente. A emissora poderá diferir os juros indefinidamente e sobre os valores diferidos incidirão juros à taxa aplicável indicada anteriormente, acrescidos de 1% ao ano. No caso do diferimento dos juros a Companhia somente poderá distribuir o equivalente a 25% do lucro líquido referente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos na legislação brasileira. A GS Investments Limited poderá resgatar os títulos a seu critério, total ou parcialmente, no 5º ano contado da data de emissão, no 10º ano contado da data de emissão e em cada data de pagamento de juros após essa data. Os títulos terão garantia os avais da General Shopping e das seguintes subsidiárias: General Shopping do Brasil S.A., Ast Administradora e Incorporadora Ltda., BOT Administradora e Incorporadora Ltda., BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Bud Administradora e Incorporadora Ltda., Cly Administradora e Incorporadora Ltda. (incorporada na Levian), Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda., ERS Administradora e Incorporadora Ltda., FLK Administradora e Incorporadora Ltda., Intesp Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (incorporada na Securis), I Park Estacionamentos Ltda., Levian Participações e Empreendimentos Ltda., MAI Administradora e Incorporadora Ltda., Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda., Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda., PP Administradora e Incorporadora Ltda. (incorporada na Securis), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Sale Empreendimentos e Participações Ltda., Securis Administradora e Incorporadora Ltda., Send Empreendimentos e Participações Ltda., Sulshopping Empreendimentos Ltda. (incorporada na Securis), Uniplaza Empreendimentos, Participações e Administração de Centros de Compra Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda., Vul Administradora e Incorporadora Ltda., e Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 12.581. Não existem "covenants" financeiros nas operações de emissão de bônus perpétuos. Os "covenants" definidos referem-se à: (i) limitação de gravames aos ativos (exceto os gravames permitidos, incluindo os financiamentos BNDES, os refinanciamentos de operações existentes e certas securitizações, entre outros), devendo manter a proporção de ativos não gravados/dívida não securitizada em condições "pari passu" as condições dadas a ativos gravados/dívida securitizada; (ii) limitação das operações de venda e "lease-back" aos ativos atuais com prazo superior a três anos, nas mesmas condições de (i) anterior e (iii) limitação de transações com afiliadas, incorporação, fusão ou transferência de ativos. Em 10 de Agosto de 2016, foi liquidado no âmbito de oferta de permuta o valor de US\$ 34.413 mil. Para tal operação, foram emitidos novos Bonds Perpétuos de dívida sênior no valor de US\$ 8.923 mil com garantia e vencimento em 2026 (10%/12% Senior Secured PIK Toggle Notes due 2016) e 34.413 Global Depositary Share (GDS) como lastro de ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 73 ações ordinárias para cada 1 GDS, totalizando 2.512.149 ações ordinárias. Os Bonds Perpétuos que foram permutados no âmbito da Oferta de Permuta foram cancelados; Em 25 de novembro de 2014 foram liberados R\$ 25.900, em 11 de março de 2015 foram liberados R\$ 9.100, em 18 de maio de 2015 foram liberados 7.700, em 28 de julho de 2015 foram liberados R\$ 1.494 totalizan-

...continuação

General Shopping e Outlets do Brasil S.A. – CNPJ nº 08.764.621/0001-53

do o valor de R\$ 44.194. Estes valores foram captados por meio de operação de financiamento na modalidade FINEM/BNDES. Esta operação foi efetuada pelo BRADESCO, a taxa de 6,8% a.a. + TJLP e tem prazo total de 84 meses, sendo 12 meses de carência e 72 meses de amortização.

(d) Em 25 de novembro de 2014 foram liberados R\$ 11.100, em 11 de março de 2015 foram liberados R\$ 3.900, em 18 de maio de 2015 foram liberados R\$ 3.300, em 28 de julho de 2015 foram liberados R\$ 640, totalizando o valor de R\$ 18.940. Estes valores foram captados por meio de operação de financiamento na modalidade FINEM/BNDES. Esta operação foi efetuada pelo BRADESCO, a taxa de 6,8% a.a. + SELIC e tem prazo total de 84 meses, sendo 12 meses de carência e 72 meses de amortização.

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.). A composição das parcelas em 31 de dezembro de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado
2021	24.208
2022	-
2023	-
2024	-
2025 em diante (*)	1.704.613
	1.728.821

(*) Por não ter data de vencimento, as captações por meio de emissão de bônus perpétuos foram classificadas como dívida a vencer de 2025 em diante.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	1.286.337
Amortização do custo de captação	-	49
Pagamentos - principal	-	(8.361)
Pagamentos - juros	-	(66.124)
Varição cambial	-	365.101
Encargos financeiros	-	151.819
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	1.728.821

Encargos financeiros e custos de transação: Os encargos financeiros e custos de transação dos empréstimos e financiamentos são capitalizados e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo do instrumento contratado, pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

15. CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO (CCI)

Moeda	% - Taxa	Venci-mento	Consolidado		
			31/12/2020	31/12/2019	
Empresas controladas					
Levian (a)	R\$	9,7% + TR	2026	111.657	124.695
				111.657	124.695
Passivo circulante				14.689	13.132
Passivo não circulante				96.968	111.563

(a) Em 26 de março de 2014, a controlada Eler Administradora e Incorporadora Ltda. (incorporada na Levian em 2018), efetuou captação de recursos por meio da emissão de CCLs, para a securitização dos recebíveis de aluguel do imóvel onde está localizado o Internacional Guarulhos Shopping Center. O valor total das CCLs emitidas é de R\$ 275.000. O montante captado será pago em 144 parcelas mensais (até abril de 2026), acrescidas de juros de 9,7% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial (TR). Em garantia das CCLs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel, com valor contábil de R\$ 201.829; (ii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato e (iii) alienação fiduciária de ações e cotas das subsidiárias Nova União e Eler. Os custos de captação de R\$ 10.706 das CCLs foram deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 144 parcelas de forma linear. Em 01 de agosto de 2014 o Itaú Unibanco cedeu as CCLs para a Ápice Securitizadora. Em 08 de outubro de 2018 essa operação foi parcialmente liquidada no valor de R\$ 150.000. Em 31 de setembro de 2018 essa operação tinha uma garantia adicional conforme Nota Explicativa nº 5. Em 23 de março de 2020 foi resgatado o valor total de garantia.

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.). A composição da parcela em 31 de dezembro de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Consolidado
2021	14.689
2022	16.238
2023	18.029
2024	20.009
2025 em diante	42.692
Total	111.657

A movimentação das CCLs para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	124.695
Amortização do custo de captação	2.249
Pagamentos - principal	(15.203)
Pagamentos - juros	(12.405)
Encargos financeiros	12.321
Saldo em 31 de dezembro de 2020	111.657

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Repasso luvas e alugueis - sócios (a)	-	-	577	540
Repasso para condomínios	-	-	107	96
Adiantamento de clientes	-	-	476	728
Outros	90	27	26	52
Total	90	27	1.186	1.416

(a) Refere-se ao valor a repassar de luvas e alugueis aos sócios dos empreendimentos: Parque Shopping Barueri, Poli Shopping, Cascavel JL Shopping, Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Sulacap, Parque Shopping Maia, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Outlet Premium Salvador e Outlet Rio de Janeiro.

17. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS e Cofins	95	119	12.831	13.650
INSS	844	427	844	426
ISS	-	-	3.622	2.992
Imposto de renda e contribuição social	-	-	43.448	53.508
Total	939	546	60.745	70.576
Passivo circulante	361	230	17.649	17.832
Passivo não circulante	578	316	43.096	52.744

A Companhia em 2009 e 2014 ingressou no parcelamento de débitos tributários, em consonância com as Leis nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (REFIS) e no parcelamento simplificado de débitos tributários. A estimativa da Administração é de que o saldo de 31 de dezembro de 2020 dos referidos parcelamentos REFIS e simplificado sejam liquidados nos prazos de 180 e 60 meses, respectivamente, utilizando o número de parcelas fixas, sendo estas atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). A permanência nos programas de parcelamentos depende do adimplemento dos pagamentos dos tributos federais e previdenciários correntes e dos parcelamentos. A inadimplência poderá gerar a exclusão dos programas de pagamentos. A movimentação dos débitos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estimados pela

Companhia, relativos aos impostos parcelados, contemplando o montante do principal acrescido de juros e multa no exercício, é como segue:

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos em 31 de dezembro de 2018			84.312	
Novos parcelamentos			4.850	
Pagamento - principal			(18.950)	
Pagamentos - juros			(2.059)	
Encargos financeiros			5.625	
Transferência Grupo VANTI			(3.202)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019			70.576	
Novos parcelamentos			7.045	
Pagamento - principal			(16.011)	
Pagamentos - juros			(2.398)	
Encargos financeiros			1.533	
Saldos em 31 de dezembro de 2020			60.745	

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social	20.128	21.867	100.926	91.293
PIS e Cofins	149	141	39.281	32.451
ISS	-	-	2.137	1.588
Outros impostos e taxas	1.417	1.382	7.342	7.526
Total	21.694	23.390	149.686	132.858

19. RECEITAS DE CESSÕES A APROPRIAR

A Companhia controla no passivo as receitas de cessões a apropriar. As receitas de cessões de direitos de uso a lojistas, locação de equipamentos e usufrutos de frações ideais do estacionamento do Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Maia e Shopping Suzano são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo respectivo do primeiro contrato de aluguel, ou do contrato de direitos de uso, ou do contrato de usufruto. A movimentação dos contratos e reconhecimento da receita em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.695
Novos contratos	2.680
Reconhecimento da receita	(4.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.732
Passivo circulante	3.657
Passivo não circulante	17.075

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas, é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, trabalhistas e cíveis. Não há depósitos judiciais vinculados a essas provisões. A composição das provisões é como segue:

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis (a)	-	-	2.075	1.866
Trabalhistas	-	-	93	53
Total	-	-	2.168	1.919

(a) Referem-se aos processos por danos materiais e morais, ações renovatórias de contratos de locação, ações de cobrança e ações de rescisão contratual.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui, ainda, outras ações em andamento de aproximadamente R\$ 15.531 (R\$ 5.940 em 31 de dezembro de 2019), cujas probabilidades de perda foram classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos e para as quais nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações contábeis. Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, quando necessário. A movimentação da provisão para riscos para o período findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2019	Inclusão/(Exclusão)	31/12/2020
Cíveis	1.866	209	2.075
Trabalhistas	53	40	93
Total	1.919	249	2.168

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 385.064, representado por 1.875.338 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2020	31/12/2019
Golf Participações	446.923	16.089.235
L.H.Y.S.P.E.	446.923	16.089.236
L.H.X.S.P.E.	446.923	16.089.236
General Shopping e Outlets do Brasil S.A.	53.431	1.923.550
Conselheiros	80	2.899
Diretores	7	3.148
Acionistas com lastros nas GDSS	69.781	2.512.149
Outros acionistas	464.701	16.726.246
Total de ações	1.928.769	69.435.699
Ações em tesouraria	(53.431)	(1.923.550)
Total de ações em circulação	1.875.338	67.512.149

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, funcionários ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2016, alterou o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a fim de aumentar o limite do capital social autorizado da Companhia em 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que poderão ser emitidas por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, de forma que o capital social da Companhia poderá ser representado por até 95.000.000 (noventa e cinco milhões) de ações ordinárias. Conforme ata da reunião do Conselho de administração de 04 de agosto de 2017, foram canceladas 6.564.301 ações que estavam em tesouraria, permanecendo o saldo de 1.923.550 ações nominativas à Companhia. As ações em tesouraria no valor de R\$ 10.710 passaram para R\$ 2.427 com redução no valor de R\$ 8.283, abatida da conta transação de capital. Conforme AGE de 11 de dezembro de 2019 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia (incluindo as ações que lastream os títulos emitidos pela General Shopping no âmbito do seu programa patrocinado de certificados de depósito de ações), à razão de 36 (trinta e seis) ações para 1 (uma) ação, de modo que cada lote de 36 (trinta e seis) ações seja grupado em uma única ação, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. ("Grupamento"). Em decorrência do Grupamento, o número de ações em que se divide o capital social da Companhia será alterado de 69.435.699 (sessenta e nove milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil, seiscentas e noventa e nove) para 1.928.769 (um milhão, novecentas e vinte e oito mil setecentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou, em 23 de janeiro de 2020, a modificação das condições do programa patrocinado de certificados de depósito de ações de emissão da Companhia ("GDSS"), de modo a refletir: (i) a correta razão social da General Shopping; e (ii) o Grupamento, passando o número de ações representadas por cada GDS das atuais 73 (setenta e três) ações ordinárias para cada 1 (um) GDS para 2 (duas) ações ordinárias para cada 1 (um) GDS 2. Em função desta alteração, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 389.625.569,00 (trezentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais), dividido em 1.928.769 (um milhão, novecentas e vinte e oito mil setecentas e sessenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." **Reserva de capital:** Agio na emissão de ações: Variação do valor nominal das 2.512.149 ações, emitidas por ocasião da permuta dos bônus perpétuos, face ao seu valor efetivo na data da operação. **Reserva legal:** Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital so-

cial. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva de lucros a realizar: Em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da alteração da política contábil de mensuração das propriedades para investimento, a Companhia procedeu com a retenção de parcela do ajuste a valor justo das propriedades para investimento registrada no balanço de abertura (1º de janeiro de 2013). Dessa forma, a Administração da Companhia propôs que o valor de R\$ 958.644 dos lucros acumulados fosse retido pela Companhia à constituição de reserva de lucros a realizar. Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia, iniciada em 21 de dezembro de 2018 e concluída em 26 de dezembro de 2018, após a suspensão dos trabalhos ("Primeira RCA") e na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de fevereiro de 2019 ("Segunda RCA") e, em conjunto com a Primeira RCA, as "Reuniões"), foi aprovada, *ad referendum* de Assembleia Geral da Companhia, a distribuição de dividendos aos acionistas no valor total de R\$ 828.955.780,00 (oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais), decorrente da realização de lucros registrados na Reserva de Lucros a Realizar (RLAR) verificada conforme o balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de dezembro de 2018, sendo o montante de (i) R\$ 207.238.945,00 (duzentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais) a ser pago em dinheiro aos acionistas ("Parcela em Dinheiro") e (ii) R\$ 621.716.835,00 (seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e cinco reais) a ser pago *in natura*, mediante a entrega de quotas do General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("FII"), nos termos das Reuniões ("Parcela *in Natura*"). Os dividendos foram liquidados em 09 de abril de 2019. O General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário - FII teve negociação iniciada na B3 no dia 30 de abril de 2019. Cálculo do prejuízo por ação básico:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico		
Resultado do exercício	(472.942)	(34.312)
Denominador		
Média ponderada de ações - básica	1.929	67.512
Prejuízo básico por ação em (R\$)	(245,17)	(0,51)

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUEL E SERVIÇOS

	31/12/2020	Consolidado	31/12/2019
Receita operacional bruta			
Aluguel	46.808		70.791
Serviços	61.155		88.451
	107.963		159.242
Deduções			
Impostos sobre alugueis e serviços	(9.297)		(14.759)
Descontos e abatimentos	(6.485)		(5.268)
Receita operacional líquida de aluguel, serviços e outros	91.781		139.215

A variação da receita operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, ocorreu substancialmente, devido a contribuição para o General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliários - FII GSOB, conforme Nota Explicativa nº 1, bem como alteração da eliminação dos serviços no processo de consolidação, devido à nova estrutura societária da Companhia. Adicionalmente, devido à pandemia do COVID-19 e sua repercussão no cenário global, bem como as medidas adotadas pelas autoridades governamentais de restrições de locomoção e funcionamento dos shoppings, observamos redução no fluxo de veículo, impactando a receita de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

23. CUSTO DOS ALUGUEIS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

	31/12/2020	Consolidado	31/12/2019
Custo de pessoal	(3.805)		(3.662)
Custo de depreciações	(1.124)		(1.281)
Custo de ocupação	(16.624)		(22.453)
Custo de serviços de terceiros	(9.199)		(9.063)
Total	(30.752)		(36.459)

A variação nos custos dos alugueis e serviços no exercício social, ocorreu substancialmente, devido a contribuição para o General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliários FII GSOB, conforme Nota Explicativa nº 1. Adicionalmente, a redução do custo de ocupação no trimestre ocorreu principalmente em função do menor fluxo de veículos, conforme Nota Explicativa nº 22.

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IPTU	(173)	(126)	(549)	(641)
Comercialização	-	-	(2.836)	(3.538)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.276)	(2.878)
Publicidade e propaganda	(151)	(183)	(346)	(780)
Conservação de instalações	-	-	(82)	(9)
Materiais	(302)	(246)	(560)	(707)
Energia elétrica	(94)	(99)	(133)	(143)
Despesas com pessoal	(12.506)	(12.508)	(13.795)	(13.712)
Despesas com serviços de terceiros	(6.688)	(12.467)	(14.476)	(25.964)
Despesas com depreciação e amortização	(1.126)	(1.327)	(1.278)	(1.327)
Alugueis	(920)	(830)	(1.030)	(1.522)
Taxas e emolumentos	(75)	(108)	(229)	(293)
Telefonia	(729)	(643)	(847)	(794)
Viagens e estadias	(23)	(424)	(178)	(767)
Seguros	(261)	(206)	(551)	(521)
Serviços de mensageiro	(191)	(213)	(191)	(213)
Despesas legais	(353)	(269)	(2.617)	(2.240)
Provisão para contingências	-	-	(260)	(492)
Outras	(387)	(197)	(2.289)	(2.105)
Total	(23.979)	(29.846)	(48.523)	(58.646)

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	1	-	6.097	18.804
Ganho na operação - derivativos	-	-	206.973	84.610
Varição cambial ativa	2	2	283.063	236.240
Varição monetária ativa	-	-	511	56
Outros	169	254	25.884	51.007
	172	256	522.528	390.717
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos e CCLs	(11)	(2)	(169.005)	(142.508)
Perda em operação - derivativos	-	-	(95.921)	(81.382)
Varição monetária passiva	-	-	(5)	-
Varição cambial passiva	(5)	(3)	(655.003)	(284.863)
Multa sobre impostos em atraso	(887)	(4.697)	(20.345)	(13.955)
Outros	(362)	(247)	(11.918)	(12.240)
	(1.265)	(4.949)	(952.197)	(534.948)
Total	(1,093)	(4,693)	(429,669)	(144,231)

Em decorrência da atual condição de mercado, o real brasileiro tem experimentado desvalorização em relação à cotação de outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Em 31/12/2020, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$ 1,00 = R\$ 5,1967 (R\$ 4,0307 em 31/12/2019), registrando uma des

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social debitados ao resultado do exercício são compostos como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prejuízo antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	(472.942)	(413.435)	(33.844)	(27.130)
Alíquota combinada vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de créditos de imposto de renda e contribuição social	160.800	140.568	11.507	9.224
Efeito de IRPJ e CSLL sobre				
Equivalência patrimonial	(152.276)	-	270	-
Outras diferenças permanentes líquidas IRPJ e CSLL de períodos anteriores	-	(26)	-	(25)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídos	(8.524)	(59.711)	(11.777)	(61.711)
Efeitos de IRPJ e CSLL de sociedades tributadas pelo lucro presumido	-	(131.922)	-	29.924
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre constituição/reversão de ativo fiscal diferido	-	-	91	91
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre o ajuste a valor justo	-	(8.416)	-	15.874
Reversão de IRPJ e CSLL sobre o ajuste a valor justo das propriedades para investimentos alienadas	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	-	(59.507)	(468)	(7.182)
Correntes	-	(51.091)	(559)	(23.147)
Diferidos	-	(8.416)	91	15.965

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Base de cálculo		
Avaliação a valor justo das propriedades para investimento	621.223	347.990
Presunção para Imposto de renda 8% - 25% alíquota para Imposto de renda	2%	2%
Presunção para contribuição social 12% - 9% alíquota para contribuição social	1,08%	1,08%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre propriedades para investimento e destinadas à venda	(19.134)	(10.718)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre direitos de renovação de contratos	(1.549)	(1.549)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(20.683)	(12.267)

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida. **a)** Realização do passivo fiscal diferido sobre ajuste a valor justo das propriedades para investimento com base na tributação pelo lucro presumido quando da sua respectiva alienação.

Consolidado	% - Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos		De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
		de um mês	de dois meses					
Empréstimos e financiamentos (*)	13,92%	1.838	21.728	58.461	203.282	2.917.671	3.203.034	
CCI	9,90%	2.301	4.601	20.707	82.826	48.315	158.750	
Total		4.139	26.383	79.168	286.108	2.965.986	3.361.785	

(*) Para a captação do bônus perpétuo foram considerados os juros a serem incorridos até a data da opção de compra e o principal e, por não ter data de vencimento, foi classificado como dívida a vencer acima de 05 anos.

e) Risco de taxas de juros: Empréstimos para capital de giro e CCIs: A Companhia possui também uma série de empréstimos e financiamentos captados para capital de giro, conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 14 e 15, sobre os quais incidem taxas médias de juros de 13,68% ao ano. **f) Risco de variação da taxa de câmbio:** A Companhia, por meio de sua controlada, possui financiamentos e saldos a pagar a partes não relacionadas contratados em moeda estrangeira no montante de R\$ 1.749.250 - Em 31 de dezembro 2020 (R\$ 1.289.846 - Em 31 de dezembro de 2019). A Companhia mensura suas exposições conforme o modelo de previsão e orçamento da própria Companhia e, por meio de suas controladas, contrata derivativos - tais como futuro de dólar na B3 e NDF Câmbio - visando a proteção de sua exposição cambial. O principal risco que a Companhia pretende reduzir é a exposição cambial atrelada ao seu passivo em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia utiliza derivativos para proteger os riscos cambiais referentes à emissão dos bônus perpétuos. A Companhia não possui operações com

Análise de sensibilidade - derivativos

Nacional (US\$ Mil)	Preço Contratado	Preço em 31/12/2020	NDF de Dólar - Balcão				
			Impacto na curva de dólar		Impacto na curva de dólar		
			-25%	-50%	-25%	-50%	
50.000	R\$ 5,3524/US\$	R\$ 5,1831/US\$	(8.441)	(64.603)	(129.206)	(73.044)	(137.647)
50.000	R\$ 5,2200/US\$	R\$ 5,1884/US\$	(1.571)	(64.551)	(129.103)	(66.123)	(130.674)
100.000			(10.013)	(129.154)	(258.308)	(139.167)	(268.321)

Nacional (US\$ Mil)	Preço em 31/12/2020	Valor Justo	Futuro de Dólar - B3			
			Impacto na curva de dólar		Impacto na curva de dólar	
			-25%	-50%	-25%	-50%
7.500	R\$ 5,1797/US\$	65	(9.712)	(19.424)	(9.647)	(19.359)
7.500		65	(9.712)	(19.424)	(9.647)	(19.359)

Para a realização das operações na B3, foi efetuado o depósito de margem, por meio de títulos públicos (LFT). O depósito de margem, em 31 de dezembro de 2020, totalizava em R\$ 4.829. Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Os critérios que a Companhia e suas controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem: • dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; • violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; • probabilidade de o devedor declarar

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de venda de propriedade para investimento	-	-	-	456.939
Custo de venda de propriedade para investimento	-	-	-	(456.939)
Ajuste a valor justo da venda de propriedade para investimento	-	-	(167)	(8.623)
Ajuste a valor justo de PPI	-	-	16.925	45.095
Rescisão de contrato de locação	-	-	-	23.512
Perda na alienação de ativo imobilizado (*)	-	-	(15.018)	-
Outras receitas (despesas)	-	(100)	1.305	6.632
Recuperação de despesas	-	-	683	6.375
Total	-	(100)	3.728	72.991

(*) Resultado na alienação de terreno na controlada SEND.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros e custo amortizado	Outros passivos ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros e custo amortizado	Outros passivos ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	113.487	-	-	197.654	-
Aplicações financeiras e aplicações vinculadas	-	-	-	70.809	-	-
Debêntures a receber	234.218	-	-	234.218	215.188	-
Instrumentos financeiros derivativos	65	-	-	65	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	109.689	-	142.167	-
Total	234.283	113.487	109.689	457.459	339.821	625.818
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	1.728.820	-	1.728.820	1.286.336	-
CCIs	-	111.658	-	111.658	124.695	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.013	-	-	10.013	1.805	-
Fornecedores	-	-	19.982	19.982	-	13.592
Outras contas a pagar	-	-	1.186	1.186	-	1.416
Total	10.013	1.840.478	21.168	1.871.659	1.411.031	15.008

28.1. Fatores de riscos: A principal fonte de receitas da Companhia e de suas controladas são os aluguéis dos lojistas dos shoppings centers. A Companhia e suas controladas dispõem de política de gestão de riscos para gerenciar os riscos de mercado por meio de instrumentos financeiros. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta são a variação cambial e a flutuação de índices de inflação inerentes às suas operações. A política é acompanhada pelo Conselho de Administração assegurando que os instrumentos financeiros não extrapolem os limites da política, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa. O principal objetivo da gestão de risco é a proteção do fluxo de caixa da Companhia, em que as operações devem respeitar os limites de exposição, cobertura, prazo e instrumento, minimizando os custos operacionais. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia e de suas controladas, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem exigir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. A política permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos apenas para fins de proteção. É vedada a contratação de qualquer derivativo que implique a venda líquida de opções e operações financeiras estruturadas com derivativos embutidos. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas estão apresentados a seguir: **a) Risco de crédito:** A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A política de gestão de risco da Companhia permite operações de aplicação dos recursos de caixa e derivativos somente com contrapartes de primeira linha, ou seja, com baixo risco de crédito, de acordo com as agências internacionais de rating. A política permite que as operações de instrumentos financeiros derivativos possam ser efetuadas diretamente na B3. Tanto as instituições financeiras quanto as corretoras deverão ser aprovadas previamente pelo Comitê de Gestão de Riscos. **b) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez, para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o

cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais. A disponibilidade de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferida para a área de tesouraria, a qual investe substancialmente a disponibilidade de caixa em CDB, LTN e fundo de investimento com remuneração atrelada à variação do CDI e escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. **c) Risco de capital:** A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e CCIs detalhados nas Notas Explicativas nº 14 e 15, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativos) e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui capital emitido e reservas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19). A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. **d) Gestão do risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **e) Tabela do risco de liquidez e juros:** A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. A medida que os fluxos de juros foram pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

cenário-base: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2020; **cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020; **cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020. **h) Empréstimos, financiamentos e CCI:** Premissas: Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação da TR e do IPCA e de variação cambial em relação ao dólar norte-americano, os quais são base para atualização de parte substancial dos empréstimos, dos financiamentos, das CCIs e dos bônus perpétuos contratados. Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Elevação da taxa do IPCA	0,35%	0,44%	0,53%
Elevação da TJLP	0,37%	0,46%	0,56%
Elevação da DI	0,16%	0,20%	0,24%
Desvalorização do real diante do dólar norte-americano	10,00%	12,50%	15,00%

A exposição líquida em dólar norte-americano, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Sem efeito das operações de derivativos - 31/12/2020		
Empréstimos e financiamentos (Bonds Perpétuos)			R\$ 1.714.945
Partes relacionadas			R\$ 34.311
Caixa e equivalentes de caixa			R\$ (6)
Exposição líquida			R\$ 1.749.250

Operação	Risco	Cenário-base		
		Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da TR	Alta da TR	26.703	27.512	28.322
Contratos futuros de US\$ (*)	Alta do dólar	331.196	372.595	380.875

(*) Calculado sobre a exposição líquida da Companhia, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos.

Na tabela anterior estão demonstrados os efeitos dos juros e da variação dos indexadores até o vencimento do contrato. Os juros dos bônus perpétuos são fixos. Dessa forma não foi efetuada a análise de sensibilidade. **i) Caixa e equivalentes de caixa:** Premissas: Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação do CDI e de variação cambial. Nesse sentido, a seguir, estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Operação	Risco	Cenário-base		
			Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Deterioração do CDI			1,90%	1,43%	0,95%
Sujeitos à variação do CDI	Redução da taxa do CDI		2.156	1.617	1.078

...continuação

General Shopping e Outlets do Brasil S.A. – CNPJ nº 08.764.621/0001-53

A análise de sensibilidade da variação cambial do caixa e equivalentes de caixa indexado ao dólar norte-americano foi apresentada líquida dos outros passivos indexados ao dólar norte-americano, conforme mencionado no item (i).

j) Valor justo dos **bonds**:

Tipo	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	Valor justo	
				em 31/12/2020	em 31/12/2019
Títulos de crédito perpétuo	US\$	10%	-	387.859	316.909
Títulos de crédito perpétuo	US\$	13%	-	535.050	424.395
Bônus de dívida	US\$	10%/12%	2026	27.320	25.803
Total				950.230	767.107

Os preços utilizados para calcular o valor de mercado dos **Bonds** da Companhia foram adquiridos do "Bloomberg". Os preços são indicativos de mercado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. **28.2. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros:** A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM nº 699/12, que envolve os seguintes aspectos: • O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e • Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia. Esses 2 tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão alocados os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e outras Letras Financeiras; • Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível os investimentos em CDB, Compromissadas DI, outras aplicações financeiras remuneradas pelo DI e os derivativos, os quais são valorizados por modelos de precificação amplamente aceitos no mercado. São utilizados, além dos indicadores das operações *inputs* observáveis de mercado como taxas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e • Nível 3 - Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alteração entre os 3 níveis de hierarquia.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades civis. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	89.000
Compreensivo de incêndio comum	1.083.541
Lucros cessantes	73.288
Venda/fumaça	56.912
Operações de shopping centers	43.080
Danos morais	24.542
Danos materiais	140.037
Empregador	6.200
Danos estéticos	1.000

As premissas de riscos adotadas e valores de cobertura envolvidos foram considerados pela administração da Companhia como suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios. Tais premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela Alta Administração da Companhia para a tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho. As práticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 2. Os resultados por segmento consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os ativos e passivos por segmento não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da alta Administração. Portanto, os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes: **a) Aluguel:** Refere-se a locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais, como "stands" de venda, locação de espaços comerciais para publicidade e promoção e taxa de cessão de direitos de utilização de espaço imobiliário. **b) Serviços:** Refere-se à receita da gestão do suprimento de energia e água dos shoppings centers, bem como exploração de estacionamento. A totalidade da receita da Companhia é realizada no Brasil.

Demonstração do resultado por segmento:

	31/12/2020			Eliminação		Consolidado
	Aluguel	Serviço	Corporativo	Débito	Crédito	
Receita líquida	37.735	59.115	-	-	(5.069)	91.781
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(6.342)	(28.366)	-	3.956	-	(30.752)
Lucro bruto	31.393	30.749	-	3.956	(5.069)	61.029
(Despesas)/Receitas operacionais	45	13.061	(395.152)	337.251	-	(44.795)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	31.438	43.810	(395.152)	341.207	(5.069)	16.234
Resultado financeiro	(21.724)	(3.742)	(404.203)	-	-	(429.669)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **General Shopping e Outlets do Brasil S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **General Shopping e Outlets do Brasil S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **General Shopping e Outlets do Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **General Shopping e Outlets do Brasil S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a leitura das notas explicativas nº 2.1.2. e 2.1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia incorreu prejuízo no montante de R\$ 472.942 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, nessa data, o patrimônio líquido foi negativo em R\$ 468.571 mil e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante consolidado em R\$ 26.564 mil. Conforme apresentado nas Notas acima referidas, esses eventos ou condições, podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, apesar de tais efeitos serem devidos principalmente a fatores não monetários e sem efeito caixa, ou seja, gerados em função do impacto da variação cambial sobre o principal da dívida perpétua da Companhia, que é indexada à moeda dólar, mas que seguindo as normas contábeis, tem a variação cambial registrada na rubrica de despesas financeiras no resultado do exercício, mesmo sem efeito caixa ou sem caráter definitivo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Mensuração do valor justo das propriedades para investimento:** De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 11, a Companhia registra suas propriedades para investimentos ao valor justo suportada por laudo de avaliação elaborado por especialista externo e independente em relação a Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo desses ativos, reconhecido no ativo não circulante da Companhia e suas controladas, era de R\$ 1.057.378 mil (Consolidado). A estimativa de valor justo das propriedades para investimentos foi determinada levando-se em consideração diversas premissas, tais como: projeções de crescimento das receitas, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, taxas de vacância, inadimplência e perpetuidade entre outras premissas. Esse tema foi considerado um PAA devido à relevância dos valores das propriedades para investimentos registrados pela Companhia, devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Utilizamos nossos especialistas para nos auxiliar no exame e avaliação das premissas e metodologia usadas pelo especialista externo contratado pela Companhia; • Avaliamos se a metodologia aplicada para cálculo do valor justo estava de acordo com as práticas utilizadas no mercado para cálculo do valor justo e se referida metodologia se encontrava suportada nos normativos contábeis aplicáveis; • Desafiamos as premissas utilizadas pelo especialista da Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, considerando se essas premissas estavam adequadas com base na atual situação de mercado e economia do País; • Comparamos as taxas de desconto utilizadas, taxas de crescimento, vacância, ABL e etc., com dados disponíveis no mercado efetuados por outros avaliadores para propriedades similares; • Testamos os cálculos matemáticos do valor justo para determinadas propriedades para investimento. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos laudos de avaliação a valor justo preparados por especialistas terceiros da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações a valor justo preparados pelos especialistas terceiros da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo. **Estimativa - Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 6, a Companhia registra sua provisão para Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia envolvendo, entre outros: (i) a capacidade de pagamento dos clientes; (ii) a existência de garantias reais, bem como seus valores justos; (iii) o histórico de perda da carteira de clientes; e (iv) cumprimento das renegociações realizadas. Esse tema foi considerado um PAA devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo para fins do registro da PECLD tendo em vista a atual situação econômica do Brasil. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, en-

31/12/2020			Eliminação		Consolidado
Aluguel	Serviço	Corporativo	Débito	Crédito	

Lucro/(Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social

9.714	40.068	(799.355)	341.207	(5.069)	(413.435)
-------	--------	-----------	---------	---------	-----------

Imposto de renda e contribuição social

(10.307)	(4.432)	(44.768)	-	-	(59.507)
----------	---------	----------	---	---	----------

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

(593)	35.636	(844.123)	341.207	(5.069)	(472.942)
--------------	---------------	------------------	----------------	----------------	------------------

31/12/2019			Eliminação		Consolidado
Aluguel	Serviço	Corporativo	Débito	Crédito	

Receita líquida

65.110	83.144	-	-	(9.039)	139.215
--------	--------	---	---	---------	---------

Custo dos aluguéis e dos serviços prestados

(8.394)	(34.228)	-	6.163	-	(36.459)
---------	----------	---	-------	---	----------

Lucro bruto

56.716	48.916	-	6.163	(9.039)	102.756
---------------	---------------	---	--------------	----------------	----------------

(Despesas)/Receitas operacionais

164.342	68.800	47.641	-	(266.438)	14.345
---------	--------	--------	---	-----------	--------

Lucro operacional antes do resultado financeiro

221.058	117.716	47.641	6.163	(275.477)	117.101
----------------	----------------	---------------	--------------	------------------	----------------

Resultado financeiro

18.805	792	(163.828)	-	-	(144.231)
--------	-----	-----------	---	---	-----------

Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social

239.863	118.508	(116.187)	6.163	(275.477)	(27.130)
----------------	----------------	------------------	--------------	------------------	-----------------

Imposto de renda e contribuição social

2.992	(9.707)	(467)	-	-	(7.182)
-------	---------	-------	---	---	---------

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

242.855	108.801	(116.654)	6.163	(275.477)	(34.312)
----------------	----------------	------------------	--------------	------------------	-----------------

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento	16.926	45.095

32. COVID-19

Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto do COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global. Durante o exercício social, os principais impactos devido à pandemia do COVID-19, foram redução nas receitas com serviços no montante de R\$ 27.296, perda esperada no recebimento de crédito com clientes no montante de R\$ 4.980. Com a flexibilização da quarentena as lojas que se enquadravam na categoria de serviços não essenciais voltaram a operar, levando a recuperação gradativa dos níveis de receitas, redução na perda esperada nos recebimentos com clientes e atualização do valor justo das propriedades para investimentos. A Companhia se beneficiou da postergação de pagamento de impostos e contribuições, contribuições trabalhistas conforme MP 927/2020, postergação do recolhimento das contribuições de Cofins, PIS/PASEP e INSS Patronal, conforme Portaria nº 139 e redução da contribuição obrigatória ao Sistema "S" referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020. A Administração está monitorando ativamente os impactos em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força trabalho. Devido ao recente agravamento da pandemia do COVID-19, no mês de março de 2021, algumas localidades onde estão localizados nossos empreendimentos, adotaram medidas mais restritivas com limitações de funcionamento de certas atividades de comércio e serviços que não essenciais, em determinados horários.

A DIRETORIA

Francisco José Ritondaro - Diretor-Presidente e Diretor de Planejamento e Expansão

Marcio Sniocka - Diretor de Relações com Investidores

Vicente de Paula da Cunha - Diretor Financeiro

Djalma Pereira da Silva - Diretor de Marketing e de Relacionamento com Varejo

Francisco Antonio Antunes - Contador - CRC 1SP-149.353/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o parecer dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, os Srs. Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária."

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

Paulo Alves das Flores - Conselheiro Fiscal

Camila de Cassia Satin Briola - Conselheira Fiscal

Marco Antônio Mayer Foletto - Conselheiro Fiscal

■ **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS** ■

International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou ativi-

des de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS Mauro de Almeida Ambrósio
CRC 2 SP 013846/O-1 Contador CRC 1 SP 199692/O-5

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 4.895 das contas a receber de clientes (R\$ 5.875 em 31 de dezembro 2019) encontra-se vencido há mais de 180 dias, mas não provisionado. A Companhia entende que os demais valores vencidos estão devidamente negociados com os clientes e não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis.

Durante o exercício social, em função da pandemia de COVID-19, a Companhia reavaliou a estimativa de provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e a complementou em R\$ 4.980 no decorrer do exercício social de 2020.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	-	-	1.306	4.994
IRRF a recuperar	-	3	355	791
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	-	66	49
PIS e COFINS a recuperar	-	-	100	85
Imposto de renda - antecipações	-	1.833	706	21.634
Contribuição social - antecipações	-	628	134	5.100
Outros impostos a recuperar	-	-	53	251
Total	1	2.464	2.720	32.834
Circulante	1	2.464	2.693	32.807
Não circulante	-	-	27	27

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Extinção de usufruto (a)	-	-	13.090	18.350
Rescisões contratuais a receber	-	-	18.644	23.512
Valores a receber na operação com propriedades com investimentos (c)	-	-	19.150	-
Valores a receber Suzano (b)	-	-	58.234	-
Despesas de Seguro a apropriar	279	10	348	63
Adiantamento a fornecedores	18.000	7	29.440	3.654
Adiantamento de benefícios trabalhistas	445	56	84	86
Despesas a apropriar	415	367	415	367
Valores a receber de outros empreendimentos	273	273	6.672	2.327
Comissões a apropriar	-	-	970	1.018
Outras contas a receber	29	103	756	241
Total	19.042	816	89.569	107.852
Ativo circulante	769	543	35.910	23.468
Ativo não circulante	18.273	273	53.659	84.384

(a) Valores a receber originados principalmente na operação de extinção dos usufrutos nos empreendimentos conferidos ao Fil GSOB conforme Nota Explicativa 19.
(b) Valor recebido em julho de 2020, referente à venda do Shopping Suzano;
(c) Valor a receber substancialmente pela venda de terreno da SEND.

9. PARTES RELACIONADAS

a) Saldo e transações com partes relacionadas: No curso dos negócios da Companhia, os acionistas, as controladas e os controlados civis realizam operações comerciais e financeiras entre si, que incluem: (i) prestação de serviços de consultoria e assistência operacional relacionados ao fornecimento de água e energia e às instalações elétricas; (ii) administração de shopping centers; (iii) administração de estacionamentos de shopping centers; (iv) contratos de locação comercial e (v) acordos e deliberações tomadas no âmbito de convenções de condomínios. Em linhas gerais, todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia, exceto em relação ao saldo de conta corrente sobre o qual não incidem encargos financeiros. A Administração negocia contratos com partes relacionadas individualmente, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores, atendimento de padrões de qualidade, fazendo, assim, com que a contratação de parte relacionada reforce a opção que melhor atende aos interesses da Companhia em relação aos prazos, valores e condições de qualidade, quando comparados com outros contratantes similares. Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, na controladora, são apresentados a seguir:

(b) Por não poder nem valor a título de: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo) e (iii) remuneração com base em ações. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 30 de abril de 2020, foi aprovada a remuneração global de R\$ 13.330 para o exercício de 2020 (R\$ 13.330 para o exercício de 2019).

10. INVESTIMENTOS

Controladas diretas - Investimentos	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Resultado da equivalência patrimonial		Saldos dos investimentos						
						31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019					
Levian	50,1	347.798.356	693.707	(20.226)	757.375	(10.133)	379.445	389.578	693.707	(20.226)	757.375	(10.133)	379.445	389.578

Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas

Sociedade	% - Participação	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2020
General Shopping	-	-	-	-	-
Finance	100	50.000	81	(207.634)	(207.634)
GS Investments	100	50.000	-	(230.099)	(230.099)
GS Finance II	100	50.000	81	(4)	(4)
Total			162	(437.737)	(813.951)
Total			693.869	(457.963)	(56.576)

Controladas indiretas - Levian	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Resultado da equivalência patrimonial		Saldos dos investimentos	
						31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Atlas	100%	3.816.399	3.816	53.086	166.475	-	-	-	-
Bac	100%	10.000	10	-	10	-	-	-	-
Bab	100%	10.000	29.302	-	14.692	-	-	-	-
BR Outlet	100%	10.000	10	(16)	(47)	-	-	-	-
Bud	100%	10.000	10	4.538	4.534	-	-	-	-
Dan	100%	10.000	10	-	10	-	-	-	-
Delta	100%	89.693	89.693	(22.323)	250.723	-	-	-	-
Edo	100%	10.000	1	(4)	(3)	-	-	-	-
Figpark	100%	10.000	563	2.629	7.925	-	-	-	-
Jaua	100%	10.000	10	-	25	-	-	-	-
Loa	100%	10.000	10	-	10	-	-	-	-
Mai	100%	1.409.558	1.410	(9)	1.567	-	-	-	-
Poli Administradora	50%	100.000	100	(5)	(7)	-	-	-	-
Premium Outlet	100%	10.000	10	(5)	(4)	-	-	-	-
Securis	2,7%	194.579.548	178.825	2.957	193.775	-	-	-	-
Send	100%	262.581.624	289.000	69.453	428.761	-	-	-	-
Uniplaza	100%	42.948.318	42.948	645	35.791	-	-	-	-
Vul	100%	350.689.894	424.382	42	237.697	-	-	-	-
Zuz	100%	58.139.780	58.140	970	95.240	-	-	-	-

Controladas indiretas - Atlas

Sociedade	% - Participação	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2020
Atle	100%	50.000	1.582	(8)	(252)
ASG Administradora	100%	20.000	1.945	41	2.130
Ast	100%	1.497.196	1.497	1.531	8.277
BR Brasil Retail	100%	100	3.864	(241)	(18)
Energy	100%	10.000	10	31.449	89.336
GS Park	100%	10.000	2.774	416	4.695
GSB Administradora	100%	1.906.070	4.212	6.366	54.033
Ipark	100%	3.466.160	3.466	176	32.753
Vide	100%	10.000	10	3.307	29.067
Wass	100%	10.000	10	3.307	29.067

Controladas indiretas - GS Investment

Sociedade	% - Participação	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2020
Ardan	100%	50.000	1.582	(8)	(252)
Bal	100%	20.000	1.945	78	2.167
Bavi	100%	1.497.196	1.497	1.921	8.067
Bot	100%	100	3.864	(217)	(18)
Brassul	100%	10.000	10	37.043	94.930
FAT	100%	10.000	2.774	637	4.917
Manzanza	100%	1.906.070	4.212	8.722	56.389
POL	100%	3.466.160	3.466	1.019	33.597
Rumb	100%	10.000	10	(1)	(199)
Sale	100%	10.000	10	4.218	29.577
Securis	97,3%	50.000	1.582	(8)	(252)
Tela	100%	20.000	1.945	78	2.167
Tequs	100%	1.497.196	1.497	1.921	8.667

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Aumento de capital na General Shopping e Outlets Fundo de Investimentos - FI 1.010.511
Resultado de equivalência patrimonial 795
Transferência de participação societária na General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - Fil GSOB para os acionistas como pagamento de dividendos "in natura" (621.716)
Contribuição ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - Fil GSOB (13.284)
Recebimento de dividendos da Levian (428.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 124.224
Resultado de equivalência patrimonial (447.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (434.506)

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Projeto	31/12/2020		31/12/2019	
	Em operação	em construção (I)	Total	Total
Saldo em 31/12/2018	2.001.203	127.581	2.128.784	2.128.784
Aquisição/Adições (v)	359.818	184.716	544.534	544.534
Alienação (iv)	(321.772)	-	(321.772)	(321.772)
Contribuição ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - Fil GSOB (v) (ii)	(1.412.425)	(24.354)	(1.436.779)	(1.436.779)
Transferência para imobilizado	(11.592)	-	(11.592)	(11.592)
Ajuste a valor justo (iii)	45.095	-	45.095	45.095
Saldo em 31/12/2019	660.327	287.943	948.270	948.270
Aquisição/Adições/Transferência para Operações (v)	244.067	(115.268)	128.799	128.799
Alienação (vi)	(13)	(36.603)	(36.616)	(36.616)
Ajuste a valor justo (iii)	16.925	-	16.925	16.925
Saldo em 31/12/2020	921.306	136.072	1.057.378	1.057.378

(i) Terrenos para futura construção e construções em andamento;
(ii) Contribuição ao General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário - Fil GSOB, conforme Nota Explicativa nº 1.
(iii) Ajuste a valor justo reconhecido no resultado do exercício;
(iv) Alienação de 13,4% do Parque Shopping Maia e 100% do Shopping Suzano;
(v) Aquisição de 100% do Shopping Suzano, 48% do Shopping Barueri, 3% do Outlet Brasília, terreno pela BAVI e construção do Outlet Premium Grande São Paulo.
(vi) Alienação de terreno pelo SEND.

Propriedades para investimento dadas em garantia de empréstimos estão descritas nas Notas Explicativas nº 14 e 15.

Avaliação a valor justo: O valor justo de cada propriedade para investimento em operação foi determinado por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente (CB Richard Ellis). A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento a valor justo é a precificada pelo The Royal Institution of Chartered Surveyors (R.I.C.S.), da Grã-Bretanha, e pelo Appraisal Institute, dos Estados Unidos, os quais são internacionalmente utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas da propriedade em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento. Para as avaliações, foram elaborados fluxos de caixa de 10 anos, desconsiderando a inflação que possa vir a existir nesse período. A taxa média ponderada de desconto aplicada ao fluxo de caixa foi de 8,79% e a taxa média de capitalização (perpetuidade) adotada no 10º ano do fluxo foi de 7,53%.

Controladora	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Edificações	2.4	587	(263)	324
Móveis e utensílios	8 a 15	524	(364)	160
Máquinas e equipamentos	8 a 15	1.414	(819)	595
Computadores e periféricos	15 a 25	1.572	(1.448)	124
Benefícios em imóveis de terceiros	8 a 15	739	(739)	-
Adiantamento a fornecedores	-	307	-	307
Total	5.143	(6.333)	1.510	(3.335)

Consolidado	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Edificações	2 a 4	1.643	(1.271)	372
Móveis e utensílios	8 a 15	3.956	(3.376)	582
Máquinas e equipamentos	8 a 15	14.379	(1.307)	13.072
Veículos	15 a 25	122	(52)	70
Computadores e periféricos	8 a 15	2.491	(2.218)	273
Benefícios em imóveis de terceiros	8 a 15	7.220	(6.665)	555
Adiantamento a fornecedores	-	4.401	-	4.398
Total	34.214	(14.894)	19.320	32.424

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstrado a seguir, para o período findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora			
	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	337	-	-	(13)
Móveis e utensílios	197	1	-	(38)
Máquinas e equipamentos	710	-	-	(115)
Computadores e periféricos	123	64	-	(63)
Benefícios em imóveis de terceiros	31	38	-	(69)
Adiantamento a fornecedores	307	-	-	-
Total	1.705	103	-	(298)

Ativo	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Levian	-	7.152
Vanti	12.459	12.459
General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliário - Fil GSOB	1.766	1.766
Outros	2.242	2.334
Total	16.467	23.711

Passivo	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
I Park (a)	6.569	6.569
Delta (a)	7.330	7.330
Levian (a)	33.478	-
Total	47.377	13.899

(a) Referem-se a exigíveis sobre os quais não incidem encargos financeiros nem há prazo definido de vencimento.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, no consolidado, estão demonstrados a seguir:

Ativo	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Condomínio Outlet Premium Brasília (c)	2.466	2.466
Condomínio do Vale (c)	2.337	2.110
Condomínio Outlet Grande São Paulo (c)	930	930
Condomínio Bonsucesso (c)	346	346
Condomínio Voluntário Civil Parque Shop Maia (c)	5.752	5.810
Gol Participações Ltda. (

capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Reserva de lucros a realizar:** Em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da alteração da política contábil de mensuração das propriedades para investimento, a Companhia procedeu com a retenção de parcela do ajuste a valor justo das propriedades para investimento registrada no balanço de abertura (1º de janeiro de 2013). Dessa forma, a Administração da Companhia propôs que o valor de R\$ 958.644 dos lucros acumulados fosse retido pela Companhia à constituição de reserva de lucros a realizar. Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia, iniciada em 21 de dezembro de 2019 e concluída em 26 de dezembro de 2019, após a suspensão dos trabalhos ("Primeira RCA") e na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de fevereiro de 2019 ("Segunda RCA" e, em conjunto com a Primeira RCA, as "Reuniões"), foi aprovada, ad referendum da Assembleia Geral da Companhia, a distribuição de dividendos aos acionistas no valor total de R\$ 828.955.780,00 (oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais), decorrente da realização de lucros registrados na Reserva de Lucros a Realizar (RLAR) verificada conforme o balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de dezembro de 2018, sendo o montante de (i) R\$ 207.238.945,00 (duzentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) a ser pago em dinheiro aos acionistas ("Parcela em Dinheiro") e (ii) R\$ 621.716.835,00 (seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e cinco reais) a ser pago em natura, mediante a entrega de quotas da General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("FII"), nos termos das Reuniões ("Parcela em Natura"). Os dividendos foram liquidados em 09 de abril de 2019. O General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário - FII teve negociação iniciada na B3 no dia 30 de abril de 2019. Cálculo do prejuízo por ação básico:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico		
Resultado do exercício	(472.942)	(34.312)
Denominador		
Média ponderada de ações - básica	1.929	67.512
Prejuízo básico por ação em (R\$)	(245,17)	(0,51)

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUEL E SERVIÇOS

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta		
Aluguel	48.808	70.791
Serviços	61.155	88.451
Outras receitas	107.563	159.242
Deduções		
Impostos sobre aluguel e serviços	(9.297)	(14.759)
Descontos e abatimentos	(6.485)	(5.268)
Receita operacional líquida de aluguel, serviços e outros	91.781	139.215

A variação da receita operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, ocorreu substancialmente, devido à contribuição para o General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliários - FII GSOB, conforme Nota Explicativa nº 1, bem como alteração da eliminação dos serviços no processo de consolidação, devido à nova estrutura societária da Companhia. Adicionalmente, devido à pandemia do COVID-19 e sua repercussão no cenário global, bem como as medidas adotadas pelas autoridades governamentais de restrições de locomoção e funcionamento dos shoppings, observamos redução no fluxo de veículo, impactando a receita de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

23. CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019
Custo de pessoal	(3.805)	(3.662)
Custo de depreciações	(1.124)	(1.281)
Custo de ocupação	(16.624)	(22.453)
Custo de serviços de terceiros	(9.199)	(9.063)
Total	(30.752)	(36.459)

A variação nos custos dos alugueis e serviços no exercício social, ocorreu substancialmente, devido à contribuição para o General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimentos Imobiliários FII GSOB, conforme Nota Explicativa nº 1. Adicionalmente, a redução do custo de ocupação no trimestre ocorreu principalmente em função do menor fluxo de veículos, conforme Nota Explicativa nº 22.

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
 IPTU	(173)	(126)	(549)	(641)
 Comercialização	-	-	(2.836)	(3.538)
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.276)	(2.878)
 Publicidade e propaganda	(151)	(183)	(346)	(780)
 Conservação de instalações	-	-	(82)	(9)
 Materiais	(302)	(246)	(560)	(707)
 Energia elétrica	(94)	(99)	(133)	(143)
 Despesas com pessoal	(12.506)	(12.508)	(13.795)	(13.712)
 Despesas com serviços de terceiros	(6.688)	(12.467)	(14.476)	(25.964)
 Despesas com depreciação e amortização	(1.126)	(1.327)	(1.278)	(1.327)
 Aluguéis	(920)	(830)	(1.030)	(1.522)
 Taxas e emolumentos	(75)	(108)	(229)	(293)
 Telefonia	(729)	(643)	(847)	(794)
 Viagens e estadas	(23)	(424)	(178)	(767)
 Seguros	(887)	(4.897)	(206)	(236)
 Serviços de mensageiro	(191)	(219)	(191)	(213)
 Despesas legais	(353)	(269)	(2.617)	(2.420)
 Provisão para contingências	-	-	(260)	(94)
 Outras	(387)	(197)	(2.289)	(2.105)
Total	(23.979)	(29.846)	(48.523)	(58.646)

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	1	-	6.097	18.804
Ganho na operação - derivativos	-	-	206.973	84.610
Variação cambial ativa	2	2	283.063	236.240
Variação monetária ativa	5	5	511	511
Outros	169	254	25.884	51.007
Despesas financeiras	172	256	522.528	390.717
Juros de empréstimos, financiamentos e CCIs	(11)	(2)	(169.005)	(142.508)
Perda em operação - derivativos	-	-	(95.921)	(81.382)
Variação monetária passiva	-	-	(5)	(5)
Variação cambial passiva	(5)	(3)	(655.003)	(284.863)
Multa sobre impostos em atraso	(887)	(4.897)	(13.637)	(13.637)
Outros	(362)	(247)	(11.918)	(12.240)
Total	(1.265)	(4.949)	(952.197)	(534.498)
Total	(1.093)	(4.693)	(429.689)	(144.231)

Em decorrência da atual condição de mercado, o real brasileiro tem experimentado desvalorização em relação à cotação de outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Em 31/12/2020, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$ 1,00 = R\$ 5,1967 (R\$ 4,0307 em 31/12/2019), registrando uma desvalorização do real de aproximadamente 29%.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social debitados ao resultado do exercício são compostos como segue:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do Imposto de Renda				
Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	(472.942)	(413.435)	(33.844)	(27.130)
Alíquota combinada vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de créditos de imposto de renda e contribuição social	160.800	140.568	11.507	9.224
Efeito de IRPJ e CSLL sobre				
Equivalência patrimonial	(152.276)	-	270	(6.223)
Outras diferenças permanentes líquidas	-	(26)	-	(25)
IRPJ e CSLL de períodos anteriores	-	-	(559)	(559)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídas	(8.524)	(59.711)	(11.777)	(61.711)
Efeitos de IRPJ e CSLL de sociedades tributadas pelo lucro presumido	-	-	(131.922)	29.924
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre constituição/reversão de ativo fiscal diferido	-	-	91	91
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre o ajuste a valor justo	-	-	(8.416)	15.874
Reversão de IRPJ e CSLL sobre o ajuste a valor justo das propriedades para investimentos alienadas	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	(59.507)	(468)	(7.182)	(7.182)
Correntes	-	(51.091)	(559)	(23.147)
Diferidos	-	(8.416)	91	15.965

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Base de cálculo		
Qualificação de lucro das propriedades para investimento	621.223	347.900
Presunção para imposto de renda 8% - 25% alíquota para imposto de renda	2%	2%
Presunção para contribuição social 12% - 9% alíquota para contribuição social	1,08%	1,08%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre propriedades para investimento e destinadas à venda	(19.134)	(10.718)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre direitos de renovação de contratos	(1.549)	(1.549)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(20.683)	(12.267)

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida: **a)** Realização do passivo fiscal diferido sobre o ajuste a valor justo das propriedades para investimento com base na tributação pelo lucro presumido quando da sua respectiva alienação.

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recarga líquida de venda de propriedade				
para investimento	-	-	456.939	-
Custo de venda de propriedade para investimento	-	-	(456.939)	-
Ajuste a valor justo da venda de propriedade para investimento	-	-	(167)	(8.623)
Ajuste a valor justo de PPI	-	-	16.925	45.095
Rescisão de contrato de locação	-	-	-	23.512
Perda na alienação de ativo imobilizado (*)	-	-	(15.018)	-
Outras receitas (despesas)	-	(100)	1.305	6.632
Rescuperação de despesas	-	-	693	6.375
Total	(100)	(100)	3.728	72.991

(*) Resultado na alienação de terreno na controlada SEND.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Acionistas, Conselheiros e Diretores da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. - São Paulo - SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas contábeis aplicáveis e os procedimentos de auditoria descritos no relatório de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresenta-se fundamentada em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emit

...continuação

e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente,

pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente

raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

São Paulo, 23 de março de 2021.

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5